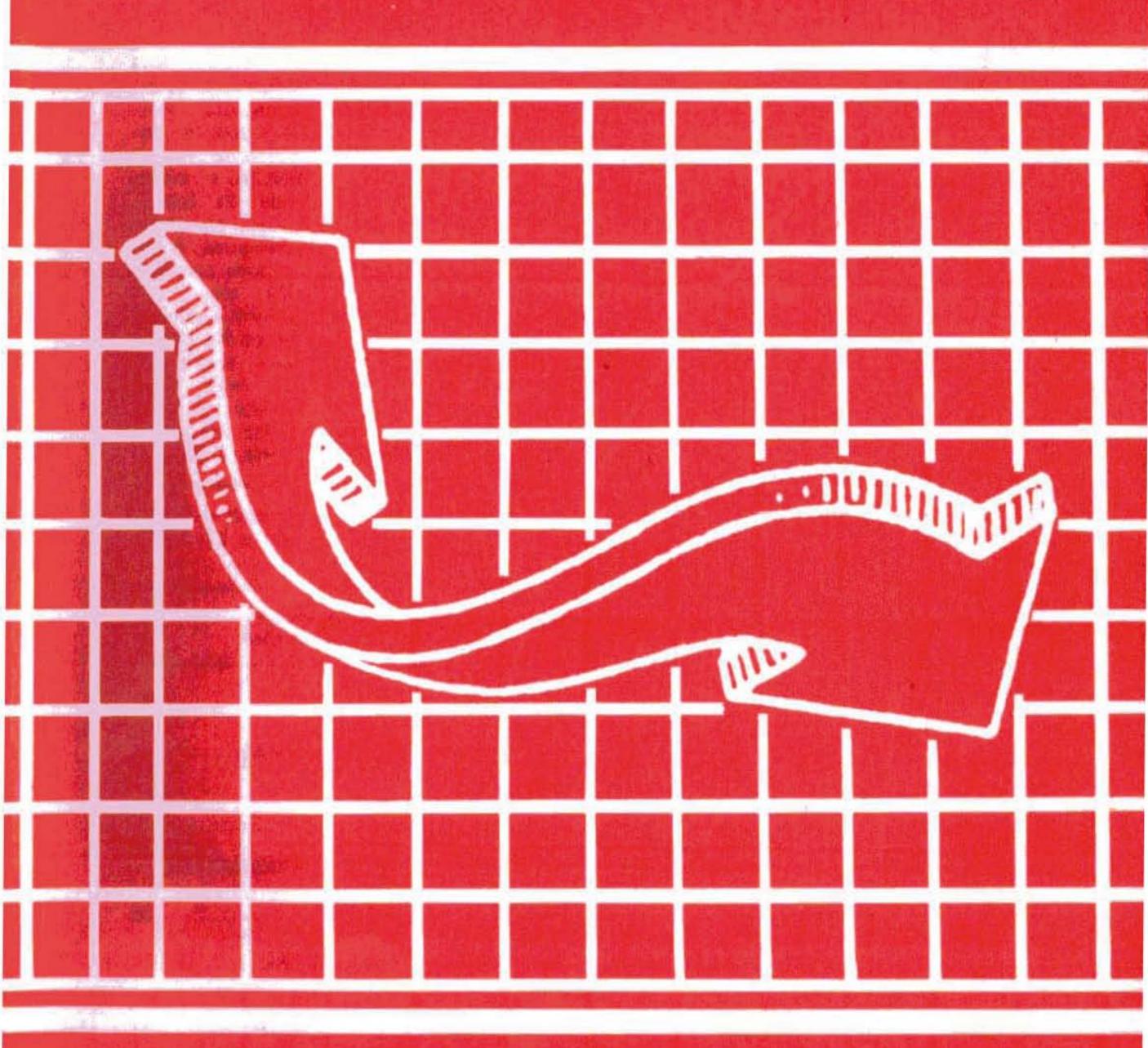
convergência

JAN/FEV - 1984 - ANO XIX - Nº 169



- RELIGIOSOS: TESTEMUNHAS DOS VALORES DO REINO NO MUNDO ATUAL E. Card. Pironio página 15
- AUTORIDADE E DISCERNIMENTO
 Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ / Pe. Jaime Sullivan, OMI página 28
- RELAÇÕES MÚTUAS ENTRE BISPOS E RELIGIOSOS

CONVERGÊNCIA .

Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil

Diretor-Responsável: Ir. Claudino Falquetto, FMS

Redator-Responsável: Padre Marcos de Lima

Equipe de Programação: Pe. Cleto Caliman, SDB Ir. Delir Brunelli, PIDP Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Direção, Redação, Administração: Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar 20031 RIO DE JANEIRO — RJ.

Assinaturas para 1984:

Brasil, taxa única, terrestre		
Até 30.04.1984	Cr\$	12.000,00
Exterior: marítima		
aérea	US\$	34,00
Número avulso		

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Linolivro S/C Ltda., Rua Correia Vasques, 25 — loja. 20211 Rio de Janeiro, RJ.

Fotocomposição: Estúdio VM — Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202. 20940 Rio de Janeiro, RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — 25600 Petrópolis — RJ.

Nossa Capa

Uma simples SETA retorcida e em trejeitos a indicar duas direções. Roland Barthes propõe dois elementos de medida para se avaliar o interesse de um desenho ou de uma foto quaisquer: o studium, ou seja, o esforço e inclinação cultural de cada um; e o punctum, isto é, um detalhe que parte da imagem e atinge, de imediato, a consciência. Coisas óbvias se revestem, por vezes, de maior complexidade. Aceitando-se, todavia, a regra deste jogo semiológico de avaliação, pode-se concluir sobre nossa capa: a SETA, como figurada, é o emblema da indecisão, da ambigüidade, da indefinição, do gosto da pesca em águas turvas. O significado é evidente demais para ser tido como definitivamente apreendido. Para baixo ou para cima? Muito pelo contrário. Avançar ou retroceder? Nem uma nem outra alternativa. Permanecer.

Marcar passo. Estacionar. Denunciar (direção inferior) avivando a consciência dos erros? Ou, anunciar (direção superior) os caminhos a percorrer? Nada disso. Omitir-se, esta forma sinuosa de dourada irresponsabilidade. Há conflitos compatíveis com a Vida Religiosa. E, por isso, fecundos. Outros há, entretanto, irreconciliáveis com ela. E, por isso, estéreis e dopantes. A indecisão e a ambigüidade são espécies deste gênero. O Evangelho é categórico: "Ninguém pode servir a dois senhores" (Mt 6, 24). E o Apocalipse, ao anjo da Igreja de Laodicéia, registra: "Porque és morno, nem frio nem quente, começar-te-ei a vomitar da minha boca" (Apoc 3, 16). CONVERGÊNCIA, a revista dos Religiosos e Religiosas do Brasil, veicula um discurso afirmativo, revelador de coragem e de fé na Vida Religiosa. A falta de audácia de nossa parte pode paralisar o Espírito. CONVERGÊNCIA, leitura útil para qualquer momento e na formulação do futuro. Alarga o espaço onde os Religiosos se irmanam aos seus ideais, numa comunhão mais frequente e mais fácil, aprimorando o traço de união por que tanto se empenha a Conferência dos Religiosos do Brasil (Pe. Marcos de Lima, SDB).

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o nº 1.714-P.209/73.

SUMÁRIO

EDITORIAL	1
RELIGIOSOS: TESTEMUNHAS DOS VALORES DO REINO NO MUNDO ATUAL E. Card. Pironio	15
AUTORIDADE E DISCERNIMENTO Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ. Pe. Jaime Sullivan, OMI	28
RELAÇÕES MÚTUAS ENTRE BISPOS E RELIGIOSOS Fr. Jaime Biazus, OFMCap. / Ir. Hele- na Maria Bianchi e D. J. B. Przyklenk	34
MEDIAÇÃO DO POBRE NO EXERCÍCIO DA AUTORIDADE NA VIDA RELIGIOSA Ir. Ana Roy / Pe. Antônio Aparecido da Silva / Pe. Garpard Neerink, MOPP	44
ADVENIAT EM SEUS 22 ANOS UM RELATORIO Emil L. Stehle	52
C C. C. (OI IIC	-

EDITORIAL

A Vida Religiosa, na América Latina, vai se configurando sempre mais a partir da missão. Consolida-se uma nova consciência: a missão não é algo posterior, extrinseco, mas essencial à identidade da Vida Religiosa. É no envio que a reserva para Deus, o Absoluto, adquire o seu verdadeiro sentido. É na missão, entendida como serviço testemunho do Evangelho numa realidade bem concreta e determinada, que a Vida Religiosa se realiza como seguimento de Cristo, o enviado do Pai ao mundo dos homens.

Inserida na Igreja, a Vida Consagrada participa da missão evangelizadora e libertadora de toda a comunidade eclesial. Desde Medellín, a Igreja da América Latina reconhece no amor preferencial e na solicitude para com os pobres sinais reveladores da autenticidade de sua missão. E Puebla não hesita em afirmar que o serviço dos pobres é medida privilegiada do nosso seguimento de Cristo. Essa consciência eclesial penetra de modo particular na Vida Religiosa, transformando-se em apelo cada vez mais vivo e motivando uma caminhada corajosa em direção dos empobrecidos.

Na medida em que a Vida Consagrada vai assumindo a missão — e principalmente a missão junto aos pobres — como essencial para a sua auto-

compreensão, adquire um dinamismo inovador que obriga a repensar estruturas, estilo de vida, vivência dos votos, exercício da autoridade, opções apostólicas e tudo o mais que pertence à sua configuração atual.

Consciente da importância da reflexão para iluminar todo esse processo de transformação por que vai passando a Vida Religiosa, CONVERGÊNCIA se propõe oferecer a seus leitores, durante o ano de 1984, um legue variado de artigos, desenvolvendo temas que emergem das Prioridades assumidas pela CRB na XIII AGO (cf. Convergência dez/83) e que mostram não só as grandes tendências atuais da Vida Religiosa, mas principalmente os aspectos que exigem um maior aprofundamento.

Abre este novo ano o artigo "Religiosos: Testemunhas do Reino no mundo atual", do Cardeal Eduardo Pironio. Nele, o autor responde a duas perguntas fundamentais para a Vida Religiosa: Que significa dizer que a Vida Religiosa é um sinal do Reino dos céus? Como deve ser o testemunho dos religiosos para que o mundo de hoje entenda e aceite os valores do Reino?

Os temas apresentados a seguir foram tratados em três ricos painéis na XIII AGO, realizada em julho de 1983, sobre importantes aspectos da Autoridade e Governo na Vida Religiosa.

Sobre o tema "Autoridade e Discernimento" falam Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ e Pe. Jaime Sullivan, OMI. Pe. Marcello dá uma visão mais global, introdutória, e relaciona autoridade, discernimento e missão; Pe. Jaime apresenta critérios para que haja verdadeiro discernimento.

tema "Relações Mútuas entre Bispos e Religiosos" é tratado aqui por três painelistas. Frei Jaime Biazus, capuchinho, traz a sua experiência de vida. Apresenta alguns pontos de conflito entre bispos e religiosos e enumera princípios e atitudes que servem ao cultivo do bom relacionamento e ajudam na superação dos casos conflituosos. Ir. Helena Maria Bianchi, SJC, também fala de sua experiência e se detém, especialmente, na apresentação de elementos que interferem na questão do relacionamento bispos-religiosos. D. João Batista Przyklenk, membro do Departamento de Religiosos do CELAM, desenvolve a sua colocação em resposta a uma pergunta inicial: o que os religiosos esperam dos bispos?

Sobre a "Mediação do Pobre no exercício da Autoridade na Vida Religiosa" falam igualmente três expositores. Ir. Ana Roy, de maneira muito simples e vivencial, faz referência ao impacto do pobre sobre uma comunidade inserida em meio popular e mos-

tra como surge, da resposta a esse impacto, um novo perfil de autoridade-obediência na Vida Religiosa. Pe. Gaspard Neerink, MOPP, relata a experiência de sua comunidade, onde a obediência à missão é o bem maior, levado em conta em todo discernimento. Pe. Antonio Aparecido da Silva, FDP, apresenta as condições necessárias para se compreender e viver a mediação do pobre no exercício da autoridade-obediência e convida os religiosos a abrir espaço para a presença e atuação do negro o pobre mais pobre na sociedade brasileira.

"Adveniat em seus 22 anos" é um relatório apresentado por Mons. Emil Stehle. O autor narra a história da Ação Episcopal Adveniat e fala de seu objetivo de servir à evangelização da América Latina, oferecendo uma ajuda que não oprima.

O Prof. Pedro Ribeiro de Oliveira, do CERIS, apresenta uma primeira tentativa de levantamento estatístico das comunidades inseridas nos meios populares.

A partir deste número, CON-VERGENCIA abre um espaço para acolher e transmitir a seus leitores a **Mensagem do Papa**. Neste início de ano, sua palavra é um convite à solidariedade ativa, para criar um mundo justo e digno do homem, onde todos possam ter vida em abundância.

Irmã Delir Brunelli, PIDP

PREZADO ASSINANTE:

A revista CONVERGENCIA, dezembro de 1983, nº 168, páginas 635-638, trouxe o "Indice Alfabético por Autor" de todo aquele ano. Você deve ter examinado. Uma ponderação singela e ligeira ressalta, de chofre, a linha editorial firme, impressa à revista, pela Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), na esteira de sua finalidade entitativa, ou seja, a ANI-MAÇÃO e a PROMOÇÃO da Vida Religiosa e a COORDENAÇÃO de tudo o que pode otimizar este objetivo.

Quando os jovens religiosos se tornam adultos, quando deixam as universidades e aquele período, por antonomásia, dito de formação, as racionalidades da madureza começam a substituir a inexperiência congênita aos verdes anos. É um estágio de absoluta naturalidade, pois a realidade é sempre mais consistente do que as teorias. Nesta encruzilhada, verifica-se, todavia, por vezes, a ausência ou, sobretudo, um grau deficiente de presença daquela capacidade de corresponder, livre e maduramente, ao mistério vivido na Vida Religiosa. Este fato, assunto sempre vivo no fluxo das discussões, vem gerando uma escala ascendente de preocupações.

A Conferência dos Religiosos do Brasil é extremamente sensível a este acontecimento. Por isso, de Norte a Sul, planeja instrumentos de formação, vinculados às vivências comunitárias, com iniciativas a curto e médio prazos, para atender à urgência do problema e fugir a equívocos de natureza essencial. A CRB sabe que toda questão de princípio, na ordem especulativa da ciência, como toda questão de fins, na ordem prática da vida, exigem oportunidade para serem tratadas. Busca, então, distinguir o inevitável daquilo que pode ser modificado. Perder em autenticidade é envelhecer irreparavelmente. Preside, portanto, à sua atuação uma prudência operativa e dinâmica, ou seja, uma combinação racional do espírito de audácia e do espírito de proporção.

No planejamento, pois, e execução destes instrumentos — cursos, seminários, encontros, conferências, retiros, painéis, dias de oração, etc. — não se submete a CRB à tentação do grandioso ufanista. Não se esquece, também, afoitamente, de adequar meios e fins, isto é, manter o equilíbrio entre uns e outros. Se os fins são sempre supremos e devem, portanto, condicionar os meios, estes são integrantes dos fins, de modo que não se podem dissociar deles. Numa palavra: vive a CRB um estado de alerta. Dócil ao Espírito do Senhor. Atenta à teofania de Deus na emergência dos seus sinais no tempo. Aberta ao diálogo. Respeitosa pela verdade alheia.

A CRB sabe que a Vida Religiosa é encargo coletivo. Não privilegia grupos de pessoas ou uma classe. Pelo contrário, de todos a Vida Religiosa exige participação. A todos impõe o dever de pensar em comum e compartilhar responsabilidades na difícil tarefa de tomar decisões.

Os resultados a que chega não são produto forjado em versões de encomenda nem pacotes que pegam de surpresa aqueles que, no presente, dirigem, ESTUDAM, AMAM E SERVEM a Vida Religiosa e PREPARAM o seu futuro. Este futuro nasce e prospera no espírito humano e resulta, em parte, do conjunto das conclusões tomadas no presente, sem, todavia, criar instabilidade e desequilíbrios pela antecipação extemporânea de sua chegada. O futuro, sempre em trânsito para o presente, se materializa com a intuição do instante e a consciência global do tempo.

Neste contexto institucional e teleológico da atividade permanente e não episódica da CRB, CONVERGÊNCIA significa e É a mediação para um dar-se as mãos coletivo, com energia, com fé, com determinação de todos aqueles que estão interessados, sincera e lealmente, na promoção e animação da Vida Religiosa. A CRB, com sua CONVERGÊNCIA, se propõe a ser um lugar de luz, de liberdade e de aprendizado. Um cenário, muito especial, onde se gesta, à luz e ao calor de Deus, o futuro sobre a rapidez das mutações aceleradas do momento. Convergência, órgão de comunicação da CRB, sintetiza a liderança, como capacidade de iniciativa, do pensamento e dos anseios dos Religiosos do Brasil.

Prezado Assinante: sua resposta positiva e imediata ao meu convite para renovar e garantir sua assinatura para 1984 me convence de que, também, Você já descobriu, já identificou, aprovou e avalizou esta linha editorial de sua revista. Por isso, muito obrigado. De coração. Deus lhe pague como só Ele sabe e pode fazer, por este novo testemunho de seu permanente apreço e decidido empenho à causa da CRB, a sua causa, uma Vida Religiosa atualizada e atuante na Igreja no Brasil.

Em 1984, CONVERGÊNCIA promete repetir esta façanha, por Você: exata pontualidade na circulação, aprimorada apresentação gráfica, qualidade dos artigos, FÉ incondicional na Vida Religiosa, não obstante o provisório e o limitado de todas as mediações da História que caminha para sua consumação, presidida pelo SENHOR. Amém. Assim seja.

Sempre ao seu inteiro dispor, desejando-lhe toda paz e todo bem, com fraterna amizade, subscrevo-me,

atenciosamente

PE. MARCOS DE LIMA, SDB Redator-Responsável Convergência e Publicações CRB

A SOLIDARIEDADE CRISTÃ IMPELE-NOS À AÇÃO

João Paulo II

aos trabalhadores da Austria no dia 12/09/83

Caros Irmãos e Irmãs!

Embora os problemas de hoje pareçam enormes, não é motivo para nos resignarmos: Este mundo também na sua situação atual — foinos dado por Deus como tarefa. A nossa fé cristã contém muitos motivos e princípios para procurar satisfazer esta tarefa. As primeiras páginas da Bíblia — a descrição do ato da criação — representam em certo sentido o primeiro Evangelho do trabalho. O homem foi criado à imagem de Deus e com o seu trabalho participa na obra do Criador. Isto não se refere apenas a serviços extraordinários. Os homens e as mulheres que adquirem com o trabalho quotidiano os meios de subsistência, podem estar justamente convictos de que, deste modo, continuam a obra de Deus.

O aumento dos problemas sociais na indústria e na economia, levou os trabalhadores, de modo cada vez mais determinante, a uma ação comum — a solidariedade. Caminhando juntos, os homens e as mulheres que trabalham libertaram-se da humilhação e da opressão.

Criaram as condições para uma vida digna do homem, para uma vida

de justiça e liberdade. Para isto, os trabalhadores cristãos encontraram na doutrina social da Igreja força e estímulo.

A solidariedade cristã impele à ação. Nos Evangelhos vemos Jesus atravessar a Sua Pátria com olhar vigilante. Cheio de amor dirige-se aos homens atormentados pelo sofrimento e tira-os do isolamento da doença e do desprezo. Deste modo, com grande determinação, Ele elevase acima das oposições de quantos o circundam, também dos apóstolos. Assim, também para o cristão solidário não pode existir neutralidade perante a injustiça. Ele abandona a cômoda indiferença e está pronto à ação. A decisão de agir é muito importante para a construção de um mundo digno do homem.

A solidariedade cristă impele à ação comum. A passagem "do eu para o nós" comporta a renúncia ao egoísmo e à obstinação. A busca do entendimento recíproco é também uma escola para o crescimento e a maturação pessoal. Por fim, a ação comum é o caminho justo para resolver os problemas existentes com os interessados diretos. Nós vemos com freqüência estes elementos na história da Igreja de Cristo. Também

os discípulos do Senhor formam à volta de Jesus um grupo que aprende e atua em comunidade. São enviados dois a dois e não anunciam apenas uma mensagem individual de salvação — a salvação é uma promessa para todo o povo de Deus.

A solidariedade cristã vive para o "pró" não para o "contra". A ação solidária quer eliminar o inútil sofrimento provocado pelos homens ou pela natureza. É dirigida também contra aqueles que estão interessados numa eventual persistência de tais injustiças. Em definitivo, o impulso à ação não deve ser o "contra", que pode levar a uma nova

opressão, mas o "pró" que liberta. Vemos como Jesus não teme as controvérsias com os malfeitores e os fautores da injustiça. A Sua finalidade é a redenção, não a perdição do pecador; a Sua finalidade é a vida, não a morte. Também o objetivo da solidariedade dos trabalhadores não deveria ser a vitória, o triunfo e o domínio, mas o amparo, o melhoramento e a compreensão.

Se vos unis na solidariedade para criar um mundo justo e digno do homem, pondes-vos ao serviço da vida. A vontade que Deus tem de nos salvar é imensa. Ele quer que vivamos e que tenhamos a vida a mãos cheias.

Elementos essenciais da Vida Religiosa

A Vida Religiosa em si mesma é, ao mesmo tempo, uma realidade histórica e teológica. A experiência da Vida Religiosa, vivida hoje, como no passado, é variada e isto é importante. Ao mesmo tempo, esta experiência é algo que exige ser confrontado com os princípios do Evangelho, com o magistério da Igreja e as aprovadas constituições de cada Instituto. A Igreja considera como essenciais certos elementos da Vida Religiosa: o apelo de Deus e a consagração a Deus pela profissão dos conselhos evangélicos mediante os votos públicos; numa forma estável de vida comunitária; para os institutos consagrados às obras apostólicas, uma comparticipação na missão de Cristo, num apostolado realizado de maneira comunitária e na fidelidade ao carisma específico do Instituto e às suas tradições autênticas; uma oração pessoal e comunitária; a ascese; uma formação permanente; é uma forma de governo que requer uma autoridade religiosa fundada na fé. As mudanças históricas e culturais causaram uma evolução na vida concreta, mas as formas e direção tomadas por esta evolução são determinadas por estes elementos essenciais, sem os quais a vida religiosa perderia a sua identidade. A doutrina da Igreja sobre a Vida Religiosa, Introdução nº 4. Ver Osservatore Romano, 14.08.1983, página 4.

INFORME

CONFERENCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

PELAS REGIONAIS

REGIONAL DE BELÉM

A CRB Regional de Belém realizou a sua XIX Assembléia de caráter eletivo, de 03 a 07 de outubro de 1983, no Centro de Treinamento "Laranjal", diocese de Abaetetuba.

Além dos 75 religiosos, representando 41 Congregações das diversas Prelazias e Dioceses da Regional, estavam presentes Pe. Ulysses José da Silva, representante da CRB Nacional, e dois leigos engajados na Pastoral, um da diocese de Marabá e outro da Arquidiocese de Belém.

A Assembléia refletiu sobre o tema: "Desafios para a vocação à Vida Religiosa da Amazônia", sob a orientação do Pe. Jayme Pereira, diocesano de Belém, e Ir. Lygia, do Bom Pastor.

Na reflexão inicial, Pe. Jayme destacou os desafios de diferentes momentos
da história e as respostas dadas por
pessoas chamadas por Deus, como Moisés, os Apóstolos e os Fundadores das
Congregações, e Irmã Lygia focalizou
os desafios e os apelos de Deus ao seu
povo em nosso momento histórico. Em
grupos, a Assembléia refletiu sobre os
sinais de esperança — forças de mudança — que estão surgindo e os desafios que daí emergem para a Vida
Religiosa.

A comunicação de experiências teve lugar importante na Assembléia. lr. Fátima, noviça das Missionárias do Coração Eucarístico e Fr. Edilson, Franciscano de Santarém, mostraram a necessidade e valor de uma formação a partir da realidade de hoje. D. Mercês fez um breve relato de sua experiência como membro de Comunidade de Base e de sua atuação na Associação de Moradores, destacando a idéia de que para assumir a caminhada do povo é necessário grande desprendimento, respeito pela autonomia do grupo e confiança na força do próprio povo. Sr. João também falou de sua experiência e destacou o papel do leigo na Igreja e a exigência de preparação adequada para assumir os trabalhos pastorais. Como D. Mercês, questionou a presença e atuação dos religiosos na Igreja e no meio do povo.

Nas Prioridades, votadas para o triênio, destaca-se a preocupação com a realidade local. Neste sentido, foram traçadas algumas diretrizes gerais e propostas atividades e estratégias.

A nova Diretoria, eleita nesta Assembléia, ficou assim constituída: Presidente: Pe. João Maria van Doren, Crúzio. Diretores: Ir. Maria Áurea Marques, Bom Pastor; Ir. Esmeralda Oliveira, Miss. Cor. Eucarístico; Ir. Lídio Becker, Lassalista; Pe. Nicolau Masi, Xaveriano.

A liturgia da Assembléia foi viva e criativa. Merece destaque a celebração-caminhada pelos presos do Araguaia, com a participação do povo de Abaetetuba. Foi uma celebração de fé e vida, da esperança e da certeza de que existem no meio de nós sementes vivas do novo mundo que está para surgir.

REGIONAL DE BELO HORIZONTE

A XXII Assembléia Ordinária Eletiva da Regional de Belo Horizonte realizou-se de 20 a 22 de setembro de 1983. A CRB Nacional se fez presente através do seu Presidente Irmão Claudino Falquetto.

No 1º día, após o encaminhamento inicial dos trabalhos, foram apresentados os relatórios dos Núcleos Diocesanos, GTS, Setor de Formação e Comunidades Inseridas. O principal objetivo dessa apresentação foi rever a caminhada feita, perceber melhor a realidade dos religiosos na Regional, em vista das prioridades a serem estabelecidas para o triênio.

No 2º dia, na parte da manhã, Pe. João Batista Libânio expôs o tema "A Volta à Grande Disciplina". À tarde, os representantes dos setores responderam a perguntas em torno dos relatórios apresentados no dia anterior. A atividade seguinte foi a busca de prioridades a serem assumidas pela CRB Regional, no próximo triênio. O trabalho foi feito em três etapas: 1) tempestade de idéias; 2) explicação da dinâmica a ser usada; 2) trabalho nos grupos.

As atividades do dia 22 foram iniciadas com o plenário sobre as prioridades levantadas nos grupos. Feita a apresentação e debate, foram escolhidas duas grandes prioridades: Formação e Inserção.

Ainda na parte da manhã, Ir. Claudino falou em nome da CRB Nacional, comentando o resultado da XIII AGO e fazendo uma série de comunicações.

A parte da tarde foi dedicada à votação da nova Diretoria que ficou assim constituída: Presidente: Pe. Geraldo Oliveira, Redentorista. Diretores: Ir. Marina di Polto, S.C. de Jesus; Pe. José Luiz Mirande, Betharramita; Ir. Gentil Paganotto, Marista; Ir. Regina Muniz Franco, Prov. Gap.

A avaliação da caminhada nesses últimos anos, as reflexões feitas durante a Assembléia, o compromisso dos participantes e a disponibilidade em servir manifestada pelos membros da nova Diretoria fizeram com que a XXII Assembléia Regional fosse encerrada num clima de alegria e esperança.

REGIONAL DE BRASILIA

A X ASSEMBLÉIA REGIONAL ORDI-NÁRIA ELETIVA da CRB/Brasília realizou-se nos dias 16, 17 e 18 de setembro, com a presença de 67 religiosos: Superiores Provinciais e Regionais, Representantes dos Superiores Provinciais, Membros da Diretoria Regional e Executivo, Representantes do Núcleo de Formosa, Representante da CRB Nacional e outros Religiosos convidados.

Destacamos a presença de D. José Newton de Almeida Baptista, Arcebispo de Brasília; Irmã Nair Alves Cardoso, representante da CRB Nacional; Irmã Maria Carmelita de Freitas, do INP e Assessora da linha 3 (Catequese) da CNBB; Frei Beraldo, OFM, Secretário

Executivo do Regional Centro-Oeste da CNBB; Irmã Severina Alves de Lima, representante da AEC/Brasília; Irmã Elvira Vieira, Provincial da Congregação Romana de São Domingos (Poços de Caldas/MG); Pe. Virgílio Steffanini, Provincial dos Pavonianos (São Paulo).

Irmã María Carmelita de Freitas expôso tema de estudo da Assembléia: "A Vida Religiosa nos últimos anos". Tomando como pontos básicos de referência o Vaticano II, Medellín e Puebla, mostrou a evolução da VR no pós-Concílio e destacou alguns grandes desafios do momento atual. Os participantes tiveram oportunidade de levantar outras questões e pedir esclarecimentos.

Após refletir sobre a evolução da Vida Religiosa nos últimos anos, avaliar o relatório trienal da CRB/Brasília e estudar as Prioridades da XIII AGO da CRB Nacional, a Assembléia se deteve na busca das Prioridades para a Regional no triênio 1984-86. Quatro pontos mereceram destaque: Inserção, Formação, Educação-Juventude e Relacionamento CRB-CNBB e CRB-Igrejas Locais.

A nova Diretoria, eleita nesta Assembléia, ficou assim constituída: Presidente: Pe. Marcos Evangelista Gonçalves, CM. Diretores: Fr. Eurico Bolzan, Capuchinho; Ir. Maria Carmelita de Freitas, FJ; Ir. Maria da Glória de Almeida, FMA; Irmão Vittorino Hendriks, IC.

REGIONAL DE CAMPO GRANDE

Nos dias 25 e 26 de outubro de 1983, no IRPAMAT, em Campo Grande, realizou-se a XIV Assembléia Ordinária Eletiva da CRB Regional, com a presença de 60 religiosos, representando as Congregações e Núcleos da Regional.

A Assembléia refletiu sobre a caminhada do ano 83, revisou as prioridades aprovadas na Assembléia Eletiva anterior e aprovou o Objetivo Geral e as Prioridades para o próximo triênio.

O Objetivo Geral ficou assim definido: Promover e animar a Vida Religiosa
e coordenar as atividades a partir da
mediação do pobre, favorecendo uma
espiritualidade encarnada, aprofundando o sentido da missão do religioso
na Igreja hoje, respeltando e ajudando
a fortalezer a identidade do povo matogrossense.

Três prioridades foram destacadas:

- incentivar e assessorar o processo de inserção nos meios populares;
- animar e promover a formação integral dos religiosos;
- promover a evangelização dos jovens, visando a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Para viabilizar toda a programação do próximo triênio, a Assembleia elegeu a nova Diretoria, composta dos seguintes membros: Presidente: Pe. José May, Redentorista. Diretores: Ir. Maria de Lourdes Barreto, Salesiana; Ir. Zenilda Novais Rocha, Cat. Franciscana; Ir. Rita Brod, Div. Providência; Ir. Maria de Lourdes, Div. Providência; Ir. Mariléia Melz, Div. Providência. Suplentes: Ir. Adelfina Barbosa, Miss. Bom Jesus, Irmão Roberto Ramos, Marista.

Um agradecimento especial à Diretoria anterior, pelos três anos dedicados à caminhada da Vida Religiosa na Regional. Agradecimentos também à nova Diretoria, pela disponibilidade em servir.

. .

REGIONAL DE CURITIBA

Nos dias 5, 6 e 7 de outubro de 1983 realizou-se, em Curitiba, a XV Assembléia Regional Ordinária Eletiva, com a participação de 92 vogais, 4 convidados e dois assessores.

Alguns pontos merecem destaque. Em primeiro lugar, a análise dos relatórios apresentados pelo Presidente e Executivo. Foi feita uma avaliação não tanto dos fatos, mas principalmente da filosofia que orientou a caminhada da CRB/PR, no triênio 80/83. Os participantes endossaram e aplaudiram a orientação dada.

Outro aspecto de relevo foi a reflexão sobre a caminhada da Vida Religiosa no Brasil, nos últimos anos, e sua repercussão sobre a formação. Esse tema foi desenvolvido por Irmã Maria Carmelita de Freitas, FI, que orientou a reflexão. As colocações e questionamentos atingiram positivamente a Assembléia.

Um terceiro ponto Importante foi a escolha das Prioridades que devem nortear a programação da CRB/PR no próximo triênio. Constatou-se que os pontos básicos levantados pela Assembléia coincidem, em linhas gerais, com as prioridades de ação da CLAR e da CRB Nacional, isto é: a mediação do pobre, a inserção e a formação.

Ponto alto da Assembléla, sem dúvida, fol a eleição da nova Diretoria para o triênio 83/86. O resultado foi o seguinte: Presidente: Pe. Angelo Avelino Perin, MS. Diretores: Pe. Pedro Sallet, SJ; Ir. Cezira Zanette, BDP; Pe. Thomaz Hughes, SVD; Ir. Regina Martini, SJ de Cúneo. A avaliação da Assembléia mostrou o bom aproveitamento dos participantes. Foram destacados: a simplicidade e fraternidade entre todos; a boa preparação feita pela Equipe Organizadora; a ótima apresentação e clareza dos relatórios; a excelente colaboração de irmã Carmelita no desenvolvimento do tema central da Assembléia e em toda a reflexão.

REGIONAL DE FLORIANÓPOLIS

Em Brusque-SC, nos dias 18 a 21 de outubro de 1983, com a participação de 66 membros vogais e 28 outros convidados e assessores, num clima de muita fraternidade, questionamento e busca, realizou-se a XIV ASSEMBLÉIA REGIONAL ORDINÁRIA ELETIVA da CRB/SC.

A abertura foi feita pelo Presidente Regional Frei Luís Carlos Bortolozzo. Deram também sua palavra inicial de apoio e estímulo Irmão Claudino Falquetto, Presidente da CRB Nacional, Fr. Clodovis Boff, Assessor da Assembléia e Pe. Pacífico D'Agostin, Secretário Executivo da CNBB Sul 4.

O relatório do triênio 81/83 foi apresentado por Fr. Luís Carlos. Os membros da Diretoria e Executivo auxiliaram na colocação da síntese dos dados
estatísticos e questionários, respondidos
por todos nós da base e sintetizados
nas Comarcas e Dioceses. Tudo isso
apresentado em cartazes que possibilitaram o confronto com dados de anos
anteriores e uma visualização muito
clara de nossa caminhada.

No primeiro trabalho de grupo tivemos como tarefa: analisar, refletir, aprofundar o relatório trienal procurando levantar destaques, questionamentos e prioridades.

A reflexão sobre os temas "O Evangelho do Poder-Serviço" e "A Mediação do Pobre em nossa Autoridade e Obediência" iluminou ainda mais profundamente todas as buscas e escolha de prioridades. O tema da Mediação do Pobre foi apresentado em forma de painel. Além do Assessor, Frei Clodovis Boff, participaram cinco membros da Assembléia, partilhando um pouco de sua experiência de vida religiosa e atuação junto ao pobre: Ir. Emma Oenning, Ir. Maria Izabel Frein, Fr. José C. Timmermann, Ir. Emilia de Bona Sartor e Pe. Antonio Lauri de Souza.

As experiências apresentadas foram muito ricas. É por aí que a Vida Religiosa está sendo interpelada. O pobre nos converte e nos aproxima de Deus. Há Congregações que se refundam, graças à mediação do pobre. Em Santa Catarina precisamos identificar e localizar com maior clareza as áreas de interpelação. Na medida em que se sabe onde está o grito mais forte, sabe-se para onde orientar a nossa inserção.

Estiveram também presentes à Assembléia dando-nos informações muito oportunas: Pe. Guido A. Kuhn, Presidente da AEC/SC e uma voluntária do Projeto Igrejas-Irmãs, atuando na Bahia, Irmã Adelaide Fachini.

Além das atividades de reflexão, avaliação e escolha de prioridades, foi eleita a nova Diretoria para coordenar as atividades do triênio 84-86. Ficou assim constituída: Presidente: Ir. Olímpia Gaio, Franc. do Apost. Paroquial. Diretores: Pe. Carmo João Rhodem, S.C. de Jesus; Ir. Alolsio Kuhn, Marista; Ir. Terezinha A. Sotopietra, Cat. Franciscana; Ir. Luiza Sabina Cela, Franc. Miss. Mª Auxiliadora.

Assembléia foi vivida num clima de oração. As celebrações concentravam a vida não só dos participantes, mas de toda a Igreja, especialmente no dia 20, data do julgamento dos padres e posseiros do Araguaia, quando toda a pastoral da Igreja do Brasil foi julgada. Sentimos a dor pela permanência da condenação, mas isso não irá arrefecer nossa opção preferencial pelos pobres.

Com a celebração de posse da nova Diretoria, com agradecimentos à Diretoria cessante e o almoço final de confraternização, encerrou-se a XIV Assembléia da CRB/SC.

Ir. Ivete Terezinha Cunha, FMA Ir. Ana Possamai, CF

REGIONAL DE FORTALEZA

A XVII Assembléia Ordinária Eletiva da Regional de Fortaleza realizou-se de 20 a 22 de setembro de 1983 e contou com 70 participantes.

Estiveram presentes D. Aloísio Lorscheider, Cardeal Arcebispo de Fortaleza, D. Patricio José Hanrahan, Bispo de Conceição do Araguaia e assessor da Assembléia, D. Pompeu Bessa, Bispo de Limoeiro do Norte e Ir. Patricia Helen Neihouse, Diretora da CRB Nacional.

D. Aloísio apresentou o "Panorama Atual da Igreja no Ceará" e D. Patricio desenvolveu o tema central da Assembléia: a "Missão Profética da Igreja e sua repercussão na vida Religiosa".

A partir dos desafios que se apresentam à Igreja e à Vida Religiosa na Regional, foram traçadas as **Prioridades** para o triênio 83/86. Destacou-se a necessidade de ajudar os religiosos a assumirem sua identidade, acentuando as dimensões profética e missionária de seu carisma e encorajá-los a prosseguir em sua opção pelos pobres, ocupando espaços vazios e comprometendo-se com a transformação social em vista do Reino, na Igreja Particular.

A nova Diretoria, eleita nesta Assembléia, é formada pelos seguintes membros: Presidente: Pe. Ricardo Delahunty, Redentorista. Diretores: Ir. Saturnina Oliveira Silva, Filha do I.C. de Maria; Pe. Adriano Van Der Zalm, Sacramentino; Ir. Helena Calderaro, Miss. Imac. Conceição; Ir. Josélia Maria Parente, Miss. Cap.

REGIONAL DE MANAUS

Curso sobre Cultura Popular - A Assembléia deste ano foi precedida por um curso sobre "Cultura Popular", destinado particularmente aos formadores. Nos dias 23 e 24 de agosto, cerca de 40 formadores debruçaram-se sobre o tema. Como a maloria das casas de formação da Regional são dirigidas por "pessoas de fora", todos sentiam, há tempo, o problema da aculturação, da penetração e compreensão dos valores locais. O tema foi aprofundado através de diversos painéis formados por peritos e pelos próprios formadores. Nos debates que se seguiam, afloravam diversas facetas do problema, dando ensejo a interessante diálogo e troca de experiências. Todos convieram da oportunidade e do valor do curso.

Assembléia Regional — Nos dias 25 e 26 ocorreu a Assembléia, com a presença de 52 religiosos, sendo 49 vogais. Havia um grupo significativo de Provinciais. A CRB Nacional esteve presente na pessoa do Pe. Ulysses da Silva. A presença do Arcebispo Metropolitano, Dom Milton Correia, e de Dom Gutemberg Régi, Bispo de Coari, foi significativa e estimulante para todos. Manhã e parte da tarde do dia 25 foram dedicadas à exposição da síntese das conferências havidas na última Assembléia Nacional da CRB. Fizeram esta síntese Pe. Ulysses, Ir. Luzelena, Pe. Luiz Kerchner, Pe. Franco Dalla Valle e Pe. Walter Ivan. Os participantes tiveram uma boa idéla da riqueza do conteúdo estudado na CRB Nacional. No final desse primeiro dia, a Diretoria cessante apresentou os relatórios das atividades e prestação de contas. A manhã do dia 26 foi tomada pelo Pe. Ulysses que transmitiu os anseios e votos da Nacional. Fez algumas comunicações e respondeu a perguntas. A seguir, foram estudadas as prioridades para o triênio. Dentre essas ganhou destaque a Inserção, seguida da Formação e Núcleos. Entretanto, a questão mais séria para a Regional é a formação e acompanhamento dos núcleos. A Regional depara-se com a escassez de recursos humanos e materiais. Por outro lado, o isolamento e o tipo de trabalho dos religiosos espa-Ihados pela hinterlândia requer uma atenção especial. Como atingir e dinamizar estas longínquas comunidades?

Nova Diretoria — O último ato da Assembléia foi a eleição da Diretoria para o triênio. Ficou assim constituída: Presidente: Pe. Franco Dalla Valle, SDB

(reeleito). Diretores: Ir. Sebastião Ferrarini, FMS; Ir. Inês Costalunga, MI; Ir. Paulina Ponte, ASC; Frei Gino Alberate, OFM.

A nova secretária é Ir. Maria Celeste Coelho. Fica o agradecimento sincero à Ir. Yara Magalhães que, por longos anos, esteve à frente da secretaria da CRB/Manaus.

Ir. Sebastião Ferrarini

REGIONAL DE PORTO ALEGRE

De 27 a 29 de setembro de 1983 realizou-se, na Vila Betânia, Porto Alegre, a XV Assembléia Regional Ordinária Eletiva da CRB/RS. Participaram 87 religiosos: superiores gerais e provinciais ou seus representantes, membros da Diretoria e Executivo da CRB, coordenadores dos núcleos diocesanos e das equipes da CRB/RS e um representante da CRB Nacional.

A Assembléia teve como objetivos a revisão da caminhada da CRB/RS no triênio 81/83, a elaboração das linhas de ação para o próximo triênio e a eleição da nova Diretoria e Conselho Superior.

A primeira tarefa dos participantes foi fazer uma avaliação da caminhada dos religiosos da Regional do RS, confrontando as linhas de formação da Assembléia de 1980 e as proposições de cada Assembléia anual com as respectivas realizações. A segunda tarefa foi uma visão das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil — doc. nº 28 da CNBB — através de estudo e palestra de Dom José Mário Stroher, Secretário da CNBB Sul 3. A terceira

tarefa foi o estudo das Prioridades da XIII AGO da CRB Nacional.

Após a realização dessas tarefas, passou-se à elaboração de proposições e linha de ação para o triênio 84/86. O aspecto mais acentuado foi a necessidade de se continuar no aprofundamento da IDENTIDADE e da FORMAÇÃO nos diferentes estágios da Vida Religiosa. A Assembléia acentuou também a necessidade de se dar um atendimento especial às religiosas dedicadas à SAÚDE, em vista dos graves problemas que enfrentam atualmente. Mereceu especial destaque a INSERÇÃO nos meios populares. Outro aspecto abordado foi o da formação do religioso para atuar no sentido de uma EDUCAÇÃO mais libertadora, dando particular atenção à JUVENTUDE.

No último dia da Assembléia foram eleitos os membros da nova Diretoria e Conselho Superior, ficando as equipes assim constituídas: Diretoria — Presidente: Pe. Isidro Sallet, SJ (reeleito). Diretores: Fr. Dorvalino Fassini, Franciscano; Ir. Rosane Sturm, Franc. da Pen. e C. Cristã; Fr. Adelino Pilonetto, Capuchinho; Ir. Maria Kuisner, Franc. Bernardina. Conselho Superior: Ir. Roque Ari Salet, Marista; Ir. Jandira Alliatti, Franc. Bernardina; Pe. Egon Binsfeld, Redentorista; Pe. Honorino Dall'Alba, Josefino; Ir. Elise Sehnen, Div. Providência.

A Assembléia foi encerrada com agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho Superior cessantes e com votos de louvor pela disponibilidade dos novos membros em assumir esse trabalho pelo Reino de Deus na Igreja de hoje.

.

Ir. Amélia Marcon

REGIONAL DE RECIFE

A XIX Assembléia Regional Ordinária Eletiva de Recife (NE II) realizou-se de 19 a 21 de setembro de 1983 e teve como Assessores Pe. Humberto Plummen e Pe. René Guerre.

O tema central da Assembléia — FORMAÇÃO PARA O MEIO POPULAR — foi abordado pelo Pe. Humberto Plummen, a partir de uma pesquisa feita junto aos noviços e noviças no Intercongregacional, de 1978 a 1982. O tema foi enriquecido com dois painéis, o primeiro sobre a caminhada do Intercongregacional nestes últimos anos, apresentado por cinco formadores, e o segundo sobre a formação no meio popular, com apresentação de experiências por religiosos e formandos que vivem no meio dos empobrecidos.

Representando a CRB Nacional, esteve presente o Diretor Pe. Ulysses José da Silva que enfatizou a necessidade de união dos religiosos para que tenhamos significado como presença de transformação no mundo e para que a proposta de comunhão e participação tenha em nós mesmos o seu ponto de partida.

Entre as **Prioridades** votadas para o próximo triênio, destaca-se a FORMA-ÇÃO. Uma série de propostas, assumidas pela Assembléia, visam orientar a formação, cada vez mais, na ótica da Opção pelos Pobres.

Momento importante da Assembléia foi a eleição da nova Diretoria que ficou assim constituída: Presidente: Ir. Piedade Costa dos Santos — Servas da Caridade. Diretores: Pe. Humberto Plummen — Redentorista; Frei José Ademir de Almeida — Franciscano; Frei Batista Pordeus Gadelha — Carmelita; Ir. Selma Gonçalves Novo — Miss. Imac. Conceição. Suplentes: Frei Honório Rito Brasil — Franciscano, Ir. Maria dos Anjos G. Diniz — Franc. de Dillingen.

Para questões ainda sem respostas

Levar cada vez mais a sério o processo da própria conversão ao Evangelho assumindo uma ascese que integre o dinamismo da tensão e os desafios do conflito. Dar um adeus à tranquilidade e ao sossego. O Reino de Deus e a nossa Vida Religiosa se constroem no meio das vicissitudes humanas.

Ninguém pode pôr outro fundamento diverso

Como sábio arquiteto lancei o fundamento. Mas outro edifica sobre ele. Quanto ao fundamento, ninguém pode pôr outro diverso daquele que já foi posto: JESUS CRISTO. Agora, se alguém edifica sobre este fundamento com ouro ou com prata ou com pedras preciosas, com madeira ou com ferro ou com palha, a obra de cada um revelará. O dia do julgamento demonstrá-lo-á, 1 Cor 3, 10-13.

RELIGIOSOS:

TESTEMUNHAS DOS VALORES DO REINO NO MUNDO ATUAL

"O tempo está realizado e o Reino de Deus está realizado e o Reino de Deus está próximo. Convertei-vos e crede na Boa Nova" (Mc 1,15).

"Jesus percorria toda a Galiléia, ensinando nas sinagogas, proclamando a Boa Nova do Reino e curando todas as enfermidades e doenças das pessoas" (Mt 4,23; 9,35).

"Seguir a caridade perfeita mediante a prática dos conselhos evangélicos procede da doutrina e dos exemplos do divino Mestre e se apresenta como sinal evidente do Reino dos céus" (PC 1).

E. Card. Pironio

Nos textos que acabamos de citar, evidencia-se o seguinte:

- a) o anúncio da chegada do Reino sua presença e sua intimidade constitui o núcleo central da
 missão evangelizadora de Jesus. Daí
 a necessidade da conversão e da adesão pela fé. O Reino, sobretudo, pela pessoa de Jesus, já está no meio
 dos homens (LG 5);
- b) a missão evangelizadora de Jesus realiza-se mediante esta unidade fundamental: proclamar a Boa-Nova do Reino e curar as enfermidades e doenças das pessoas. Inclusive os milagres são um sinal de que "o Reino de Deus chegou até nós" (Lc 11,20). Por isso, os Após-
- tolos primeiras testemunhas da Ressurreição de Jesus — herdaram do Senhor a missão idêntica e única de evangelizar: "Curai os enfermos e dizei às pessoas: O Reino de Deus está próximo de vós" (Lc 11,9);
- c) a Vida Religiosa, principalmente pela profissão dos conselhos evángélicos, é um sinal evidente do Reino dos céus, um testemunho do Evangelho (ET 1), e vale a pena vender tudo para comprar este campo ou adquirir esta pérola preciosa (Mt 13,44-46).

Que significa dizer que a Vida Religiosa é um sinal do Reino dos céus? Significa que "a Palavra de Deus se fez carne e estabeleceu sua morada no meio de nós" (Jo 1,14), que já veio Jesus, "o Deus que salva", "o Deus conosco", embora ainda aguardemos "com amor a sua manifestação" (2Tm, 4,8). Isto quer dizer que a vida eterna já nos foi dada, mas que ainda esperamos a sua plenitude; que fomos "salvos na esperança", mas que ainda esperamos ansiosamente "a revelação dos filhos de Deus" (Rm 8,18-25).

Tudo isto supõe que se vivam com fidelidade quotidiana os valores essenciais do Reino. Mas quais? Que significa o Reino para nós? Quais são os valores mais facilmente captáveis para o mundo de hoje? Como teria de ser o nosso testemunho, ou melhor, quais são as exigências de nosso testemunho para que o mundo de hoje entenda, aceite e agradeça — porque deles necessita — os valores do Reino?

Procuraremos responder estas perguntas. Mas antes gostaríamos de' observar o seguinte:

— aqui se trata de precisar a identidade essencial do religioso diante de duas realidades que determinam a sua vocação, a sua consagração e a sua missão: Jesus Cristo e o mundo.

É importante que os vejamos juntos, embora essencialmente distintos. Jesus Cristo é o Filho de Deus que veio ao mundo para nos reconciliar com o Pai. A Vida Religiosa tem de ser uma transparência viva de Jesus Cristo, uma comunicação de sua presença e de sua vida. Fomos chamados para seguir radicalmente a Jesus Cristo: "Vai, vende o que tens e dá-o aos pobres...

Depois, vem e segue-me" (Mc 10,21), (o que supõe um despojamento total e um progressivo conhecimento do Senhor através de caminhos de pobreza e de experiência; cf. Fl 3,10). Mas fomos consagrados por Ele e enviados por Jesus Cristo ao mundo, como testemunhas e profetas, como anunciadores da Boa-Nova do Reino. "Como tu me enviaste ao mundo, assim também eu os envio ao mundo" (Jo 17, 18). "Recebereis a força do Espírito Santo que descerá sobre vós, e sereis minhas testemunhas" (At 1,8). Testemunhas da Ressurreição do Senhor, celebração quotidiana do Mistério Pascal;

- o Reino é uma realidade complexa e misteriosa: ao mesmo tempo visível e invisível, temporal e eterna. "O Reino de Deus está dentro de nós" (Lc 17,21). Com a pessoa de Jesus — com sua pregação e seus milagres — "o Reino de Deus chegou até nós" (Lc 1,20). Este Reino de Deus se realiza agora "no tempo" da Igreja. Mas a Igreja não é ainda plenamente o Reino de Deus. Sê-lo-á "quando Cristo entregar o Reino a Deus Pai" (1Cor 15,24). Ser testemunhas deste Reino exige de nós que manifestemos aos homens de nosso tempo - numa linguagem compreensível para eles — os bens invisíveis e os bens eternos. Seria realizar a exortação de São Paulo aos colossenses: "Se, pois, ressuscitastes com Cristo, procurai as coisas do alto, onde Cristo está sentado à direita de Deus. Pensai nas coisas do alto, e não nas da terra, pois morrestes e a vossa vida está escondida com Cristo em Deus: quando Cristo, que é a vossa vida, se manifestar, então vós também com ele sereis manifestados em gló

ria" (C1 3,1-4). Quais são estes bens invisíveis? Quais são os eternos? Coincidem numa unidade e continuidade fundamentais: é a vida de Deus em nós, sua presença trinitária em nossas almas (Jo 14,23), é o amor de Deus derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado (Rm 5,5). Ser testemunhas deste Reino significa, então, mostrar aos homens a riqueza e a felicidade de seu valor, e ensiná-los a descobrir este Reino já presente, a realizá-lo comunitariamente, a desejar e acelerar sua con-

sumação: "Venha a nós o vosso Reino";

— recebem este Reino os pobres (Mt 5,3) e seus segredos são revelados aos pequenos: "Eu te louvo, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e doutores e as revelaste aos pequeninos" (Mt 11,25). "Não tenhais medo, pequenino rebanho, pois foi do agrado do vosso Pai darvos o Reino!" (Lc 12,32), e dirigindo-se aos discípulos: "A vós foi dado o mistério do Reino de Deus" (Mc 4,11).

I. ALGUNS VALORES ESSENCIAIS DO REINO

Quero descrever alguns valores que me parecem essenciais no Reino.

1. Antes de tudo, o Amor. O Reino é uma particular relação de Deus com os homens, especialmente com os pobres. O Reino nos chama, começando pelos pobres, a entrarmos em comunhão profunda com a Trindade. Partindo da contemplação ininterrupta com a Trindade, chama-nos a entrarmos em comunhão com os homens, principalmente os mais necessitados. Ser testemunhas de um Deus que "é Amor" (1 Jo 4,8).

De nós é exigido, portanto, que sejamos testemunhas do amor. Parece-me que, assim, tocamos o essencial da vocação, da consagração, da missão. Fomos chamados por amor: "Não fostes vós que me escolhestes, mas fui eu que vos escolhi" (Jo 15,16). "Chamou a si os que ele quis, e eles foram até ele" (Mc 3,13). A resposta é uma entrega radical de nós mesmos, na generosa

disponibilidade do amor, a Jesus Cristo pobre, casto e obediente até a morte de cruz. "Grava-me como um selo sobre o teu coração, como um selo sobre o teu braço, porque o Amor é forte como a Morte" (Ct 8,6).

Nossa consagração realiza-se assim: Deus, que nos chamou por amor, toma a totalidade de nosso ser, a globalidade de nossa pessoa, e volta a ungir-nos misteriosamente com seu Espírito de amor, levando a maior plenitude a consagração batismal. "Feitos participantes de Cristo, com todo direito fostes chamados 'cristos', isto é, 'consagrados'... Fostes 'consagrados' quando recebestes o sinal do Espírito Santo" (Cat. de Jerusalém, 2.ª leitura, sexta-feira de Páscoa). Deus faz de nós sua oferenda pura e espiritual: "como uma vítima viva, santa e agradável a Deus" (Rm 12,1). Ele nos consagra, isto é, toma-nos como seus para sempre, santifica-nos plenamente, sacrifica-nos na fidelidade à verdade. Prende-nos com "laços de amor" (Os 11,4). Aqui, seria preciso recordarmos dois textos relativos à consagração — santificação — imolação: "O Deus da paz vos conceda santidade perfeita; e que vosso espírito, vossa alma e vosso corpo sejam guardados de modo irrepreensível para o dia da Vinda de nosso Senhor Jesus Cristo. Quem vos chamou é fiel, e é ele que vai agir" (1Ts 5,23-24). "Consagra-os na verdade; a tua palavra é a verdade. ... E, por eles, a mim mesmo me consagro para que sejam consagrados na verdade" (Jo 17,17.19). A consagração é a oferta de toda a nossa pessoa. Não nos resta nada: pura capacidade de Deus. Isto, porém precisa ser vivido no amor. O amor explica e sustenta a nossa missão: "Como o Pai me amou, também eu vos amei" (Jo 15,9). "Como o Pai me enviou, eu também vos envio" (Jo 20,21). É o amor de Cristo que nos envia e o amor ao mundo que nos espera;

- a Vida Religiosa é um testemunho claro e concreto de que "Deus é Amor", de um Deus "rico em misericórdia" que veio a nós em Jesus Cristo e que habita em nosso interior pelo Espírito. É a segurança de que Deus nos reconciliou "pela morte de seu Filho" (Rm 5,10). Quando a Vida Religiosa é uma experiência profunda do amor de Deus, tudo se torna sereno e transparente, tudo fica mais forte e alegre, apesar da cruz, ou melhor, por causa dela. Porque a cruz é assumida e saboreada como o grande dom do Pai;

— a Vida Religiosa é um testemunho de "comunhão e participação". Deus é, em seu Mistério da Trindade e da Encarnação Redentora, um mistério de comunhão aberto à contemplação, ao gozo e à participação dos homens. Daí decorre, para a Vida Religiosa, a exigência de uma autêntica "comunidade evangélica": profundamente unida no Espírito, apesar dos temperamentos e carismas diferentes, e fraternamente empenhada em tornar presente o Senhor no meio dela (cf. Mt 18,20);

— o amor se expressa em atitudes concretas: solidariedade, perdão, misericórdia, gratidão, bondade, serviço. Sobretudo, uma atitude de serviço que implica renúncia, morte, doação alegre de si mesmo. É interessante esta expressão do Concílio: "O Reino, porém, manifesta-se sobretudo na própria pessoa de Cristo, Filho de Deus e Filho do homem, que veio para servir e dar a sua vida para a redenção de muitos" (LG 5).

2. Outro valor essencial do Reino é a verdade: Jesus correlaciona a realidade de seu reino com o testemunho da Verdade. Eu sou "Rei. Para isto nasci e para isto vim ao mundo: para dar testemunho da verdade" (Jo 18,37). A Verdade é Cristo: "Eu sou a Verdade" (Jo 14,5).

A verdade faz-nos pensar no seguinte: a coerência, a fidelidade, a liberdade, a autenticidade, a transparência. Os Religiosos devem ser "verdadeiros": em sua entrega radical e alegre a Jesus Cristo, em sua doação generosa aos homens. A entrega a eles é por causa de uma exigência evangélica, e não de ideologias estranhas. É pelo próprio Jesus Cristo, não por evasão ou medo (para assegurar a salvação). Quem por medo enterra os talentos corre o risco de perder o único talento que possuía.

"Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará" (Jo 8,32). "Consagra-os na verdade; tua palavra é verdade" (Jo 17,17). "Com pães ázimos de sinceridade e de verdade" (1Cor 5,8).

Há atitudes na Vida Religiosa que desfiguram, adulteram, ocultam a verdade. Não pode haver oração verdadeira se tivermos o coração fechado aos irmãos. Tampouco se pretendermos alimentar nossa oração com o que é puramente nosso, descuidando a penetração sapiencial na Palavra, o estudo da Teologia, o conhecimento dos Padres, etc. Faz-se mister também um olhar objetivo sobre a realidade que nos cerca.

Se um só de nossos irmãos tem alguma coisa contra nós, deixemos nossa oferenda diante do altar e procuremos a reconciliação com ele (Mt 5,23-24). Não lancemos facilmente a culpa nos outros: a reconciliação é exigência pessoal, profunda e irrenunciável.

Falar da verdade leva-nos a explicar com exatidão duas coisas: só os que vivem em Cristo, que é a Verdade, podem entender as verdadeiras exigências da Vida Religiosa e as profundas expectativas dos homens. Somente os que rezam "de verdade" são felizes mesmo na cruz, e fraternos mesmo na incompreensão. Mas que é "rezar de verdade"? Porque nem todos os que pensam que rezam, o fazem de verdade. E há pessoas simples e humildes, que sofrem muito e oferecem o que sofrem: estas, sim, estão rezando de verdade. Basta compreender e aplicar a parábola do fariseu e do publicano (Lc 18,1-14). "Senhor, ensinai-nos a rezar" (Lc 11,1).

Para ser fiéis à verdade é preciso ser humildes e pobres, ter o coração limpo e reto, estar abertos à Palavra que é Deus e à Palavra que se fez carne e habita para sempre no meio de nós: "Tive fome e me destes de comer; tive sede e me deste de beber..." (Mt 25,31-46).

Ser testemunha da Verdade é anunciar explicitamente Jesus Cristo e Jesus Crucificado (1Cor 2,2). Manifestar em nossa vida, em nossas palavras e em nossas obras, "a sabedoria da cruz". Mas, ao mesmo tempo, ter suficiente coragem para "denunciar" o que se opõe a Jesus Cristo e a seu Evangelho, e chamar os homens à conversão. A verdade supõe fidelidade, força e coragem no Espírito.

Que mais supõe ou nos diz o "testemunho da verdade"? Que nossa vida tem de ser uma coerência manifesta com Jesus Cristo: Filho de Deus e Filho de Maria, Redentor e "feito pecado" (2Cor 5,21) por nós, adorador do Pai e servidor dos homens, contemplativo e apóstolo, pregador do Reino e médico universal dos homens.

A Verdade nos impõe — pessoal e comunitariamente — algumas exigências:

- a) amar a verdade e buscá-la. Não ter medo da verdade nem esperar passivamente que ela nos seja entregue. A Verdade que é Cristo se nos oferece quotidianamente com todas as suas consequências; mas, para recebê-la, é necessário que haja atividade interior, coragem, disponibilidade. Só são verdadeiros os que não têm medo da Verdade nem se cansam de buscá-la com coração de pobres;
- b) receber a verdade e compartilhá-la. Recebê-la com humildade, compartilhá-la com gratidão. Não se trata de impor a verdade, mas de oferecê-la com amor; também não se trata de achar que estamos na verdade total ou que a possuamos com segurança exclusiva. Muitas divisões profundas e cisões irreparáveis ocorrem hoje em certos Institutos por excessiva segurança na interpretação da mente do Fundador e de seu carisma;
- c) contemplar a verdade com amor, realizá-la com segurança e anunciá-la com coragem. Uma Vida Religiosa autêntica é, por si mesma, um anúncio explícito de Jesus Cristo. Uma comunidade religiosa verdadeira, que vive na sinceridade do amor e na fidelidade à Verdade, é por si mesma evangelizadora do Reino.

Na linguagem e na missão de Jesus Cristo, a verdade está intimamente unida à liberdade. "A verdade vos libertará". Positivamente é isto: Cristo, que é a Verdade, nos tornará livres. "Se, pois, o Filho vos libertar, sereis realmente livres" (Jo 8,36). Jesus Cristo veio ao mundo para nos tornar livres: "É para a

liberdade que Cristo nos libertou" (Gl 5,1). Somos livres na medida em que somos tirados da escravidão do demônio, do pecado, da morte. A Vida Religiosa — que exige uma obediência até a morte de cruz paradoxalmente é uma "escola de liberdade". Ninguém é mais livre do que os santos; os que conseguiram romper para sempre os laços do mundo (permanecendo, apesar disto, nele), da carne (convivendo, apesar disto, com ela), e do próprio eu (transformado e afirmado em Jesus Cristo: "Já não sou eu que vivo, mas é Cristo quem vive em mim" — G1 2,19-20).

A liberdade, como capacidade de fazer o bem sem pressões externas nem condicionamentos internos, expressa-se em atitudes concretas de: superação de egoísmos, capacidade para viver a pobreza evangélica numa sociedade de consumo, para viver a castidade consagrada num mundo de contestação, de rebeldia e de violência.

3. Um terceiro valor essencial do Reino é a Santidade: "Sede santos, porque eu sou Santo". "O Senhor nos escolheu para que fôssemos santos" (Ef 1,4). "Reino de santidade e de graça" (Prefácio de Cristo Rei). A luz da Santidade compreendemos a justiça: Deus é o Santo, é o Justo. "Renegastes o Santo e o Justo e reclamastes graça para um assassino, enquanto fazíeis morrer o Autor da vida" (At 3,14-15).

Quisera destacar aqui a conexão da Santidade com a justiça e a vida. Quisera, também indicar os seguintes aspectos da santidade:

— o santo nos aponta a franscedência de Deus, mas, ao mesmo
tempo, sua proximidade e sua intimidade. Deus em nós e nós nele. Isto exige de nós uma relação, essencial e constante, de amor Aquele
que nos fez e nos espera, que nos
visitou no Filho muito amado e que
inabita em nós pelo poder do seu
Espírito. A Santidade nos diz que
o único definitivo, absoluto, eterno,
que pode saciar nossa fome é Deus.
Por isso, ela nos fala do primado do
amor de Deus sobre todas as coisas;

- o santo nos aponta, também, a permanente manifestação de Deus no homem, criado "à sua imagem e semelhança". Sobretudo a partir da Encarnação do Verbo, quando o Filho de Deus assumiu a fragilidade do homem e se fez semelhante a nós em tudo, "exceto no pecado" (Hb 4,15). Cristo se identifica com o faminto e o sedento, com o prisioneiro e o perseguido, com o nu e o enfermo (cf. Mt 25). Ser santo é amar a Deus com todo o nosso coração... e ao próximo como a nós mesmos. Mas quem é o nosso próximo? (Lc 10,25-37);

-- o santo nos põe em particular relação com a justiça. Ser justo, no sentido pleno da palavra, é ser santo. Dar a Deus o que lhe cabe (tudo) e ao próximo o que em Deus

ele tem direito de esperar e exigir de nós. Não pode haver santidade sem justiça. Não podemos ser testemunhas da Santidade de Deus e da presença de seu Reino se não nos preocupamos com defender, propagar e tornar possível a justiça. Quem trabalha positivamente pela justiça pode alcançar Deus, pode chegar até ele; quem a desconhece, esquece e pisoteia, está longe do Reino. A justiça nos pede reconhecimento da dignidade da pessoa e de seus direitos essenciais, solidariedade com todos os homens em sua situação concreta, opção preferencial pelos pobres e marginalizados. Agir autenticamente pela justiça, em perfeita fidelidade ao Evangelho e ao Carisma, em plena comunhão com a Igreja, é anunciar "a Boa-Nova do Reino", é amar Jesus Cristo e ser testemunha da santidade de Deus que nos adverte: "Não vos fieis em palavras mentirosas dizendo: 'Este é o Templo do Senhor, Templo do Senhor, Templo do Senho!' Porque, se realmente melhorardes os vossos caminhos e as vossas obras, se realmente praticardes o direito um com o outro, se não oprimirdes o estrangeiro, o órfão e a viúva, se não derramardes sangue inocente neste lugar... então eu vos farei habitar neste lugar, no país que dei a vossos pais há muito tempo e para sempre" (Jr 7,4-7).

II. O MUNDO ATUAL DIANTE DOS VALORES DO REINO

Quais são os valores do Reino que o mundo atual mais aprecia, de que mais necessita e que mais exige de nós? Como o mundo de hoje — desconfiado e violento, fechado em si mesmo e desanimado — se abre

a tais valores, os compreende e os deseja?

Penso particularmente em três atitudes nossas, bem claras e fundamentais: a pobreza, a comunhão fraterna, a esperança. 1. Um dos valores do Reino que o mundo de hoje capta mais facilmente e agradece é a pobreza: "Bem-aventurados os que têm alma de pobres, porque deles é o Reino dos céus" (Mt 5,3). Pelo contrário: "Em verdade eu vos digo que dificilmente um rico entrará no Reino dos céus" (Mt 19,23).

Isto não nos leva a desprezar os ricos, nem a rejeitá-los, mas a buscá-los e a mostrar-lhes "a generosidade de Nosso Senhor Jesus Cristo, que sendo rico, se fez pobre por nós, a fim de nos enriquecer com a sua pobreza" (2Cor 8,9). A urgência de evangelizar os ricos — de lhes abrir o caminho para Jesus Cristo — é uma das formas mais profundas e verdadeiras de nossa opção preferencial pelos pobres.

A pobreza serena e total, espiritual e efetiva, vivida em silêncio e amada, saboreada com simplicidade e expressada com alegria, faz-nos bem; e é um testemunho claro e transparente do Reino. O Reino pertence aos humildes e pequenos. O Reino de Deus pertence aos que são como as crianças (Mc 10,14). Uma das formas de perder o Reino reside no estarmos demasiado seguros de nossa pobreza, assim como uma das formas mais elementares de sermos pobres consiste em nos sentirmos inseguros de nós mesmos e profundamente necessitados do Senhor.

A pobreza verdadeira faz-nos descobrir facilmente quais são os pobres que hoje com maior urgência necessitam de nós e como podemos ir a eles em perfeita fidelidade ao nosso carisma. A pobreza nos desinstala, nos liberta, e nos põe a caminho, faz-nos ser evangelicamente solidários com os que sofrem, dá-nos a alegria serena da austeridade e da cruz, capacita-nos para entender os outros e faz que nos sintamos felizes ao lado dos simples. A pobreza é essencialmente uma virtude; mas é também um estilo de vida.

2. Outro valor do Reino, mais facilmente captável pelo mundo, é o de uma verdadeira comunidade. Jesus fala do Reino como um banquete onde comeremos e beberemos em sua mesa (Lc 22,28-30). O homem sofre como um vazio a sua solidão, como uma ferida o seu isolamento e a sua marginalização. É que fomos feitos essencialmente para a comunhão, mesmo quando o Senhor nos concede o dom de uma solidão fecunda ou de uma vocação predominantemente eremítica.

A comunidade é um sinal da presença do Senhor; mas tem que ser verdadeira: animada pelo Espírito Santo, em sincera caridade evangélica, em fraterna fidelidade ao carisma. A comunidade não se improvisa nem se impõe: vai sendo feita pelo Espírito, a começar de dentro, com a purificação dos corações, a morte dos egoísmos e a harmonia fecunda dos dons diferentes. A comunidade assume (e por isso alivia) a dor de cada um dos membros e gera a alegria profunda e serena de todos.

A comunidade é sempre presidida pelo Senhor; mas, em seu nome, alguém tem de ser visivelmente o sinal de sua presença e o princípio insubistituível da comunhão e da animação. A autoridade serviçal é insubstituível.

Uma comunidade verdadeira pequena ou grande — é sempre um testemunho claro e concreto do Reino. Faz-nos bem uma pessoa pobre que, em sua permanente alegria, nos fala de Deus e no-lo transmite; mas é ainda mais forte o testemunho de uma comunidade fraterna e evangélica onde existem "um só coração e uma só alma" (At 4,32). Os Atos acrescentam que "ninguém considerava seus bens como próprios, mas que tudo era comum entre eles"; talvez, por isso, algumas comunidades — compostas de "membros excelentes", de personalidades privilegiadas e estupendas — ainda não conseguiram dar um testemunho evidente do Reino: há personalidades ricas, mas a riqueza espiritual não é compartilhada, ou melhor, não é plena e comunitariamente assumida. Não é "comum". Cada um se apropria do que considera seu, quando na verdade tudo é de Deus. Há inúmeros e variados talentos numa comunidade, há diversidade de ofícios e de serviços, porém tudo vem do mesmo Deus e tudo concorre para a edificação do mesmo Corpo para a glória do Pai.

3. Outro valor do Reino, que o mundo de hoje logo descobre e aceita, é a esperança. É um valor que está no coração do Reino: já presente, porém ainda não consumado. Cristo nos assegura que o Reino já

está no meio de nós; mas também nos faz rezar pela sua vinda ("Venha a nós o vosso Reino"). Estamos em pleno coração da esperança cristã: fome de Deus, de céu, de vida eterna, de comunhão fraterna, plena, gozosa, inacabável, de encontro definitivo com o Senhor, porque o Senhor, porque o Senhor, porque o Senhor, porque o Senhor já veio e a vida eterna já foi plantada em nossos corações como "semente de glória, em que se encerra potencialmente toda a árvore" (Santo Tomás).

A esperança talvez seja a virtude crista de que mais se necessita em nossos dias. O mundo atual tem necessidade de duas coisas: de se sentir apoiado em alguém (de confiar em alguém) e de descobrir realidades mais profundas e definitivas. Por isso, a esperança é sempre uma confiança e um caminho: estamos indo para o encontro definitivo com o Senhor, apoiando-nos na segurança de sua presença. Cristo ressuscitou e continua percorrendo o caminho ao lado dos homens; explica-lhes as Escrituras e parte com eles o pão (Lc 24,13-32).

A Vida Religiosa, vivida com autenticidade, é um convite contínuo à esperança que nasce da cruz. Porque a Vida Religiosa é essencialmente uma celebração quotidiana do Mistério Pascal de Jesus. É, por isso, um convite contínuo dirigido aos homens: "Não tenham medo".

III. ALGUMAS EXIGENCIAS PARA A TESTEMUNHA

Penso principalmente nestas três: experiência profunda de Deus, fé e amor.

1. Experiência de Deus: comunhão íntima com o Senhor, deserto e oração, fome de contemplação.

11: "

Esta experiência de Deus supõe um encontro profundo com o Senhor. O testemunho é sempre a comunicação do "visto e contemplado". "Eu o vi e dou testemunho" (Jo 1,34), diz João sobre Jesus Cristo. E o próprio Senhor diz a Nicodemos: "Em verdade, em verdade eu te digo: falamos do que sabemos e damos testemunho do que vimos" (Jo 3,11). Mais explícito ainda é o texto da Primeira Epístola de João: "O que ouvimos, o que vimos com nossos olhos, o que contemplamos, e nossas mãos apalparam, é o que vos anunciamos" (1 Jo 1,1-4).

O testemunho não é fruto de um puro conhecimento intelectual, mas de uma profunda experiência que, de certo modo, toca todo o nosso ser (ouvimos, vimos, contemplamos, tocamos).

Esta experiência de Deus pode ocorrer da maneira menos pensada (como o encontro inesperado de Saulo com o Cristo Ressuscitado no caminho de Damasco). Mas, geralmente, supõe uma busca amorosa, ainda que na obscuridade e no sofrimento, como Maria de Mágdala na madrugada da Páscoa: "Maria", "Mestre". Aí, o encontro se dá quando Maria se sente "chamada pelo nome", "reconhecida", por Jesus e enviada pelo Senhor: "Vai dizer a meus irmãos". "Então, Maria Madalena foi anunciar aos discípulos que havia visto o Senhor e que ele lhe dissera tais coisas" (Jo 20,11-18).

A experiência de Deus pode darse no contato com o sofrimento do irmão: "Eu estava enfermo e me visitastes" (Mt 25,36). Como também na intensidade oculta do sofrimento pessoal: a cruz costuma ser um modo privilegiado e íntimo de comunicação do Senhor, uma forma providencial de comunicação do Servo sofredor de Iahweh.

No entanto, o normal é que Deus se nos revele e se comunique conosco no deserto, no silêncio, na oração. É aí que se dá sempre o início de uma verdadeira dimensão contemplativa. A testemunha é sempre um verdadeiro contemplativo: porque ama e busca o deserto, o deserto acaba por se instalar no seu coração. E, então, ele passa a ser o homem que vê e escuta, que fala e
profetiza, que ama e serve a todos.

2. Outra exigência que o testemunho requer é a fé. É exatamente nela que o Senhor insiste quando se trata da formação dos Apóstolos, suas primeiras testemunhas. João, o discípulo amado, escreve de si mesmo a respeito do sepulcro vazio: "Então, entrou também o outro discípulo que chegara primeiro ao sepulcro: e viu e creu. Pois ainda não tinham compreendido que, conforme a Escritura, ele devia ressuscitar dos mortos" (Jo 20,8-9). Quando as mulheres — primeiras anunciadoras da Ressurreição — voltaram do sepulcro, "contaram tudo aos Apóstolos, mas a estes pareceu que elas estavam delirando, e não acreditaram nelas" (Lc 24,9-11).

A fé exige, porém, uma resposta mais imediata e profunda do que a simples visão material. "Agora crês — diz o Senhor a seu discípulo Tomé — porque me viste. Felizes os que crêem sem ter visto!" (Jo 21,29). A incredulidade, a dúvida e o medo, acompanharão os Apóstolos até Pentecostes. Apesar dos ensinamentos de Jesus e da constante preparação dos discípulos, apesar dos três anúncios da Paixão, a cruz se apresenta demasiado dura para eles: humanamente é lógico que não a entendam, que se escandalizem com ela, que a rejeitem.

No momento da "missão universal dos Apóstolos" Jesus encontra ainda "incredulidade e obstinação". "Finalmente, ele se manifestou aos Onze, quando estavam à mesa, e censurou-lhes a incredulidade e a dureza de coração, porque não haviam dado crédito aos que o tinham visto ressuscitado. E disse-lhes: Ide por todo o mundo, proclamai o Evangelho a toda criatura. Aquele que crer e for batizado será salvo; o que não crer será condenado" (Mc 16,14-16). Antes, porém, deverá vir "a força do Espírito Santo" que fará deles testemunhas (At 1,8). "Então abriu-lhes a mente para que entendessem as Escrituras, e disselhes: Assim está escrito que o Messias devia sofrer e ressuscitar dos mortos ao terceiro dia, e que, em seu nome, fosse proclamada a conversão para a remissão dos pecados a todas as nações, a começar por Jerusalém. Vós sois testemunhas disso. Eis que en vos enviarei o que meu Pai prometeu. Por isso, permanecei na cidade até serdes revestidos da força do Alto" (Lc 24,45-49).

Se quisermos ser testemunhas do Reino, num mundo materialista e secularizado, temos que ser homens e mulheres de fé: plenamente revestidos do Espírito Santo, acostumados a descobrir o eterno através do provisório, o invisível através do visível, Deus através do homem, a ressurreição e a vida através da mor-

te, a esperança através da cruz, o triunfo através do aparente fracasso. "Se o grão de trigo que cai na terra não morre, fica sozinho, mas, se morre, dá muito fruto" (Jo 12,24).

As exigências do Reino são muito profundas: só se podem captar pela fé. E só pela fé se pode dar um autêntico testemunho aos homens de nosso tempo. Mesmo que não tenham fé. Também não a tinham os ouvintes de Jesus quando este lhes pregava a "Boa Nova do Reino" e exigia deles a conversão. Também não a tinham os que escutaram Pedro no dia de Pentecostes e deles exigia conversão e o batismo: "Toda a casa de Israel saiba com certeza: Deus constituiu Senhor a Cristo, a esse Jesus que vós crucificastes... Convertei-vos" (At 2,36-38).

A fé nos faz ler na noite e nos dá segurança mesmo em meio da tormenta. "Por que tendes medo? Como? Não tendes fé?" (Mc 4,40). "Picai tranquilos, sou eu; não tenhais medo" (Mc 6,50).

O pior risco na Vida Religiosa reside em querer entendê-la, explicá-la e vivê-la sem a fé. Do ponto de vista puramente humano não podemos entender Jesus Cristo, nem os paradoxos do seu Reino, nem as propostas de sua cruz, nem as exigências da pobreza, do celibato e da obediência. Também não podemos entender plenamente o designio de Deus na história.

A fé nos dá a segurança de que "não estamos correndo em vão" (sabemos a quem nos entregamos) e de que o Senhor ressuscitado está percorrendo conosco um mesmo caminho de esperança. Por isso, a fé torna possível nossa esperança e nos abre a possibilidade da caridade perfeita.

3. Uma terceira exigência do testemunho é a generosidade do amor. Facilmente se acredita que uma pessoa "dê a vida por seus amigos" (Jo 15,13). O amor verdadeiro a liberta de si mesmo e a torna disponível para a entrega: a Deus sumamente amado e aos homens por amor de Deus.

Dizíamos a princípio que o amor é um dos valores do Reino. Por isso, dar do Reino é viver "na sinceridade do amor" (Rm 12,9). Isto nos leva ao total aniquilamento de nós mesmos como o de Cristo: (Fl 2,5-11), ou a uma atitude profunda de humildade como a de João Batista: "É necessário que ele cresça e que eu diminua" (Jo 3,30). Isto nos leva a viver em permanente atitude de oferta e de doação. De oferta ao Pai por Cristo no Espírito: é o sentido gozoso de nossa consagração. De doação: é o sentido de nossa entrega generosa aos irmãos, em nossa fecunda missão de serviço.

Alegria de nossa consagração, alegria de nossa missão. O fruto imediato do amor é a alegria: profunda, serena, contagiosa. Um autêntico testemunho do Reino que transmite sempre "a alegria do Senhor". Mas não basta o testemunho pessoal do amor; é necessário, além disto, o claro testemunho de uma comunidade que vive, reza e age no amor. É, então, a manifestação de uma particular presença do Senhor na comunidade, que nos enche de alegria.

A alegria verdadeira é um sinal concreto da chegada do Reino e coincide com a plenitude do Reino no céu. "Entrar no Reino dos céus" é o mesmo que "entrar na alegria de nosso Senhor". Porque "o Reino de Deus não é questão de comida ou de bebida, mas de justiça, de paz e de gozo no Espírito Santo" (Rm 14,17-18).

CONCLUSÃO

"Bem-aventurados os que têm alma de pobres, porque deles é o Reino dos céus" (Mt 5,3).

Terminamos com um convite à alegria e à esperança. É Jesus quem no-lo faz, ao propor-nos as bemaventuranças do Reino. "Bem-aventurados os que têm alma de pobres, os pacientes, os aflitos, os que têm fome e sede de justiça, os misericordiosos, os que têm o coração puro, os que trabalham pela paz, os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino dos céus" (Mt 5,3-10).

Jesus começa assim "a carta fundamental do Reino dos céus": o Sermão da Montanha. Ser testemunhas do Reino é viver com simplicidade e fidelidade quotidiana a fecundidade transformadora das Bemaventuranças: "Os Religiosos, por seu estado, dão um evidente e exímio testemunho de que o mundo não pode ser transfigurado nem oferecido a Deus sem o espírito das Bemaventuranças" (LG 31).

Jesus, porém, no Sermão da Montanha, aponta-nos outros aspectos essenciais de seu Reino: - "Vós sois o sal da terra. Ora, se o sal se tornar insosso, com que o salgaremos? Para nada mais serve, senão para ser lançado fora e pisado pelos homens. Vós sois a luz do mundo. Não se pode esconder uma cidade situada sobre um monte" (Mt 5,13-14). Jesus indica-nos aqui a nossa missão, estimula a nossa inserção no mundo, mas nos adverte sobre a inquebrantável fidelidade à nossa identidade.

— "Eu vos asseguro que, se a vossa justiça não exceder a dos escribas e a dos fariseus, não entrareis no Reino dos céus" (Mt 5,20). Exige-se de nós uma santidade particular e específica. A fidelidade ao "menor dos mandamentos" (isto é, às exigências de Jesus e ao desígnio salvador do Pai) constitui algo de essencial para se ser grande no Reino dos céus.

— "Sede perfeitos como vosso Pai que está nos céus é perfeito" (Mt 5,48): é o convite para viver na perfeição da caridade (o amor aos inimigos, a esmola feita em silêncio, a misericórdia, o perdão das ofensas, a reconciliação).

— "Orai desta maneira: Pai nosso". Jesus nos convida à oração, ensina-nos o modo de fazê-la, mostranos a sua eficácia, descreve-nos suas características: uma oração confiante, breve, sem demasiadas palavras, mas com intensidade contínua, feita em segredo, dirigida ao Pai. Poderíamos ainda dizer muitas coisas; mas tesminamos aqui. A Vida Religiosa é um testemunho claro e explícito do Reino: contanto que seja vivida no amor e na verdade, na profundidade contemplativa, na comunhão fraterna e evangélica, na alegria da consagração (pela pobreza, pela castidade e pela obediência), na generosidade da missão. A Vida Religiosa indica a presença do Reino: "O Reino chegou até vós". E anuncia profeticamente a sua vinda: "Venha a nós o vosso Reino".

Para que a Vida Religiosa seja de fato um testemunho do Reino, é necessário que ela se concentre no Mistério Pascal: a Vida Religiosa expressa-o, celebra-o, comunica-o.

"Vós sois testemunhas de tudo isto" (Lc 24,48), isto é, da morte e da ressurreição de Jesus, de sua cruz e de sua esperança.

Que Maria Santíssima, a Virgem do Mistério Pascal, a humilde Serva do Reino, nos guarde em seu coração pobre, contemplativo e fiel. E que ela nos ensine a viver com fortaleza a cruz, com serenidade "a alegria da eseprança" (Rm 12,12), e com generosidade de amor esta nossa hora — providencial e única — que, como nos dizia Paulo VI, de santa e venerável memória, "quase nos obriga à santidade".

Esboço de noção da CRB

Lugar onde se cultiva a unidade na pluriformidade, respeitando profundamente as diferentes formas de viver os mesmos valores.

AUTORIDADE E DISCERNIMENTO

Pe. Marcello de Carvalho Azevedo

Exposição feita no painel sobre AUTORIDADE E DISCERNIMENTO, no dia 25 de julho de 1983, durante a XIII AGO da CRB Nacional.

Neste painel, vamos falar sobre o discernimento. Não se trata de colocar algo novo, mas de trazer à memória dos ouvintes elementos já conhecidos e que, relembrados, permitem a conversa, o diálogo sobre o assunto. Sendo o primeiro a colocar, devo dar uma visão mais global, introdutória.

A palavra discernimento

Poucas palayras nos ajudam tanto como esta na leitura de sua acepção a partir da própria etimologia. "Discernimento" vem do verbo latino cernere (cerno, -is, -ere, crevi, cretum), ligado ao verbo grego kríneio. O verbo latino, em sua acepção mais específica de passar ao crivo, fazer triagem de alguma coisa; o verbo grego, no sentido mais amplo de decidir. Quem faz triagem, de certo modo, acaba definindo, individuando, decidindo. Discernere seria exatamente perceber algo a partir da capacidade de distinguir; perceber ou definir algo entre outras coisas.

Há uma série de outras palavras que são vinculadas à mesma raiz e que entram no vocabulário do dis-

cernimento: a discrição, o decreto, a crise, o critério, a crítica. Entrar em crise, por exemplo, significa entrar numa situação que exige melhor definição; o critério é o referencial para decidir; a crítica é a ação de distinguir e ponderar aspectos distintos; o decreto é aquilo que foi definido. Todo esse conjunto etimológico nos introduz no significado do discernimento.

Discernimento e missão

Estamos falando de discernimento na Vida Religiosa, portanto, num contexto pessoal e comunitário, dentro da perspectiva de autoridade na comunidade e de autoridade na Vida Religiosa. Toda a perspectiva de autoridade, na comunidade como um todo ou nas pessoas que exercem o serviço de autoridade na Vida Religiosa, situa-se inequivocamente no plano da continuidade da missão de Jesus Cristo. Esta é a razão de ser da Igreja e dos religiosos dentro da Igreja. E a missão de Jesus é anunciar o Reino e de tal modo tocar os homens que eles possam, à luz do Reino, transformar o mundo.

Falando de sua missão, Jesus sempre sublinhou que ela se compendiava e se plenificava no realizar aquilo que o Pai queria. Buscar a vontade do Pai é não somente o cerne da missão de Jesus Cristo, mas é o próprio coração de todo discernimento. Continuar a missão de Jesus é dar seguimento à busca e à identificação da vontade do Pai para realizar, no tempo que nos é dado, como pessoas e como corpo social, a misão de anúncio do Reino e transformação dos homens à luz deste Reino. Continuar a missão de Jesus é refazer seus passos, retomar a sua própria caminhada. Isso, no fundo, é o discernimento. É na medida em que identificamos a vontade de Deus que teremos condições de anunciar o Reino, de nos inserir nesse caudal potencial de transformação do mundo e dos homens, como pessoas e como sociedade.

Referência a Deus e aos irmãos

O discernimento supõe, de nossa parte, uma constante referência a Deus e aos irmãos. Os dois pólos devem estar sempre presentes. Neste sentido, o discernimento pressupõe mas ultrapassa a consciência crítica e a análise da realidade.

Não existe discernimento se não houver a formação e o exercício da consciência crítica e se não houver a análise da realidade, na dimensão histórica de seu presente e em sua gestação no tempo, a partir de instrumentais adequados. Mas o discernimento, ao introduzir esse elemento relacional permanente a Deus e aos homens, vai além do exercício da consciência crítica e da análise

da realidade e passa para o plano da fé e da oração.

Na tradição espiritual, assim como a entende a Igreja, o discernimento se situa no plano da fé e da oração, não como algo que se junta e acrescenta extrinsecamente, mas como abertura total e permanente que admite e acolhe a realidade da ação de Deus sobre nós. Todo discernimento parte da certeza na fé de que Deus age sobre nós, como indivíduos e como comunidade, da certeza de que Ele transcende o alcance específico de nossa racionalidade e, sem negá-la, nos move, nos surpreende, nos faz ver o que não víamos. Isso é muito importante. Se vou discernir sem a convicção de que Deus vai agir em mim, vou me afirmar, vou me repetir, eventualmente repetir os outros, mas não vou discernir.

Discernir é viver na fé a perspectiva da decisão. É um expor-se a Deus e aos irmãos, um abrir-se diante de Deus e dos outros, visando uma decisão, uma escolha, uma opção. Isso não acontece com o exercício da consciência crítica e com a análise da realidade. Poderíamos descrever o discernimento como um viver na fé a perspectiva da decisão, ou um decidir à luz da fé. Isso distingue o processo de discernimento, enquanto encaminhamento de decisão, de todos os outros processos de decisão que normalmente se desenrolam na atividade humana corrente e normal.

Clima de discernimento

O discernimento, mais do que um ato ou um método, é uma atitude e um clima. Só assim poderá ser efetivo. Na íntima articulação de oração e vida, ou melhor, na oração que
procede da mesma vida, só discerne bem quem vive habitualmente
a abertura a Deus e aos irmãos e,
a partir daí, se expõe e se questiona, ouve o outro e busca ser bastante livre para construir a partir do
que não é seu. Discernir supõe, de
algum modo, esvaziar-se de si e estar disposto à influência do outro
— do grande Outro e dos irmãos.

A necessidade do discernimento

É impossível, hoje, viver o mistério da obediência e servir em autoridade sem o discernimento. Ele passou a ser algo estrutural no próprio espaço obediencial no qual se situa a comunidade e se situam, dentro dessa comunidade, aqueles que servem em autoridade. Por que essa necessidade?

1) Pela situação do homem, por aquilo que é inerente à nossa própria natureza. Sabemos que somos arenas onde Deus e o demônio, o bem e o mal -- personalizado ou não personalizado — disputam o seu lugar. Isso é tradição antiquíssima, vem do Antigo Testamento e é tematizado no Novo Testamento por Jesus Cristo e, sobretudo, por Paulo. Estão presentes em nós o joio e o trigo que nos inclinam e nos impulsionam em diversos sentidos. Frei Clodovis nos falava da "satanização do poder", mas toda forma de pecado e de limite, toda forma de virtude e de valor, tudo é arena em nós de um conflito permanente. Há necessidade, portanto, de diagnosticar e discernir aquilo que nos influencia.

- 2) Pela situação do mundo contemporâneo. O que dissemos é válido para todos os tempos e para todo homem, mas em especial para o nosso tempo e para a situação em que vivemos. O nosso mundo contemporâneo é produto de todo o desenrolar-se de uma cultura, de uma civilização, de um sistema, de modelos marcados pelo que se chamou "a cultura moderna". E conhecemos seus componentes:
- a secularização, vista menos na sua dialética de sacro e profano e mais na desintegração da homogeneidade de sentidos e valores e, ao mesmo tempo, na autonomia dada ao imanente;
- o pluralismo que resulta de todas as metodologias usadas para buscar a verdade e que caminham por avenidas diversas e nos fazem desembocar em perspectivas também diversas ou até em diferentes interpretações da mesma verdade;
- as ideologias que daí resultam, coerentes em si mesmas mas sempre parciais e que exercem sobre nós influências contrastantes;
- finalmente, os conflitos inerentes ao mundo moderno.
- 3) Pela natureza da missão. A autoridade se exerce, sobretudo, em função de pessoas que são, elas mesmas, um processo, que se transformam por dentro, que caminham em relação aos outros.

Tudo isso exige uma percepção mais acurada que nos leva precisamente a não decidir sem discernir.

Elementos fundamentais para um reto discernimento

Concluindo, quero apresentar alguns elementos que me parecem fundamentais para um reto discernimento:

- Uma clara definição do objeto e do alcance que pretendemos em nosso discernimento.
- Uma clara e pura intenção de querer discernir, isto é, de deixar-se levar pelo Espírito e pelos outros, de ouvir os outros, de deixar-se questionar e não referendar ou racionalizar eventuais tendências ou mesmo decisões já pré-estabelecidas. Quem traz para dentro do discernimento uma posição pré-fixada não discerne, racionaliza.
- A melhor informação possível sobre o que é o objeto do discernimento e sobre as pessoas e os elementos correlatos.

- A definição da chave hermenêutica da leitura da realidade das pessoas e das situações, em função das quais nós vamos fazer o discernimento.
- A luz desta chave de interpretação, a fixação prévia dos critérios para o discernimento, o primeiro dos quais será a sua direta relação à missão.
- A liberdade interior, constantemente pedida ao Senhor e atuada por nós. Liberdade que significa esvaziamento de nós mesmos, transparência total em relação a Deus e aos homens. Só ela permite tanto o estabelecer como o aplicar os critérios do discernimento. Só ela abre, de fato, as pessoas a Deus e aos irmãos. Se não houver esta liberdade interior, que é uma liberdade "kenótica", é impossível que tenhamos credibilidade e confiabilidade em nosso discernimento.

Pe. Jaime Sullivan, OMI

Exposição feita no painel sobre AUTORIDADE E DISCERNIMENTO, no dia 25 de julho de 1983, durante a XIII AGO da CRB Nacional.

Quero apresentar-lhes um esboço dos critérios cuja presença é necessária para que haja verdadeiro discernimento. Estes critérios nos indicarão se estamos ou não em busca da ação do Espírito e se somos capazes de distinguir nossa própria vontade da vontade de Deus. Os critérios nos ajudarão a ver com uma visão de fé a realidade apresentada pela informação que fornece a evi-

dência. Assim, podemos peneirar nosso próprio egoísmo, nossos desejos motivados por interesse pessoal ou nossos pecados, da vontade de Deus e das orientações ou motivações evangélicas.

Há duas categorias de critérios: primeiro os critérios objetivos, provenientes do objeto de nossa deliberação; critérios que devem estar pre-

sentes na mediação que estamos para escolher por discernimento. Seguimos aqui uma divisão de Pe. João B. Libânio, S.J., em seu livro "Discernimento e Política". Aproveitamos os títulos dos três níveis em que ele coloca os critérios objetivos:

- 1. A Dimensão Teologal Estamos, acima de tudo, buscando a vontade de Deus. O Discernimento dá segundo lugar a todas as outras considerações e busca acima de tudo conhecer a vontade de Deus que está contida em seu chamado a uma pessoa ou a um grupo, nesta situação aqui e agora. Por isso, vamos além da nossa própria resposta com absoluta verdade. Como diz Pe. Libânio: "Devemos sempre olhar para a Transcendência. 'Nosso eu,' 'nosso grupo', 'nosso projeto' não contém a explicação final, total, mas supõe de nós abertura ao diferente, ao outro. O que estamos buscando é a opção de mais amor".
- 2. A Dimensão Cristológica O objeto de nosso discernimento deve levar-nos a uma maior aproximação a Jesus de Nazareth. O Espírito quer fazer-nos cada vez mais semelhantes a Jesus; quer levar-nos a conhecê-Lo mais intimamente, a identificar-nos com Ele e a deixá-Lo viver em nós mesmos. O objetivo de nossa deliberação leva-nos mais perto de Jesus? Faz com que vivamos mais com Ele e como Ele? Leva-nos a caminhar com Jesus ao Pai? Faz-nos capazes de criticar a realidade em que vivemos, segundo a luz do Evangelho?

Este objeto deve levar-nos a uma maior aproximação dos pobres. O

Espírito de Jesus o levou, cada vez mais, a uma solidariedade afetiva e efetiva com os mais necessitados, com quem Ele se identificou: "todas as vezes que fizeste isto a um destes meus irmãos, mais pequeninos, foi a Mim mesmo que o fizeste." O mesmo Espírito tem que produzir em nós o mesmo efeito.

3. A Dimensão Eclesiológica — Somos a Igreja, vivemos e atuamos dentro da Igreja. A busca da vontade de Deus não pode deixar de lado esta dimensão. O objeto de nosso discernimento tem também o critério eclesial que se preocupa com a construção da comunidade. "A cada um é dada a manifestação do Espírito em vista do bem comum". Pe. Libânio nos lembra que São João concretiza este critério em amor aos irmãos que é o meio de construir a comunidade. Se nos amamos uns aos outros, Deus permanece em nós, em nós seu amor se realiza. "Qualquer opção que leva ao não-amor ao irmão, a não construir a comunidade, não vem de Deus" (Pe. Libânio).

Dentro desta dimensão eclesiológica, em nível congregacional, coloco um outro critério. O objetivo deve levar-nos a uma maior aproximação a graça própria da nossa Congregação. O Espírito de Deus não faz "dualismos espirituais". Cristo nos consagra no dom da graça própria da Congregação, na qual nos chama a crescer e servir. Esta graça é o próprio carisma da Congregação — o ser e o fazer —, o espírito e a missão da Congregação.

Não é suficiente que "o objeto" da deliberação seja objetivamente o melhor, a expressão de mais amor.

Subjetivamente a deliberação tem que ser vivida sob a moção do Espírito Santo.

Há, em segundo lugar, critérios subjetivos que se referem à pessoa que está fazendo o discernimento. E o que vive nossos corações enquanto estamos deliberando. O coração saboreia o fruto ou do Espírito de Deus, ou do espírito do mal, ou, ainda, de nosso próprio espírito humano. Estas moções podem ser inclinações, desejos, paixões, emoções, impulsos, sentimentos ou motivações; elas incluiriam aversão, gozo, tristeza, raiva, preocupação, medo, suspeitas, idéias, insinuações, gostos, desgostos, certeza ou dúvida, ansiedade ou calma, angústia ou paz.

O critério que indica a presença do Espírito existe em três atitudes:

- 1. O sujeito diante de Deus: Deve ter presente confiança e humildade (dentro da consciência de sua fraqueza e pecado), abandono filial e entrega de servo em disponibilidade total. As atitudes de fé, obediência, humildade e generosidade.
- 2. Diante dos irmãos: Especialmente com os demais que desprezam, julgam ou condenam o objeto da deliberação deve ter, diante deles, o fruto do Espírito de paz, amor, afabilidade, bondade e perdão.
- 3. Diante de si mesmo: Deve ter uma consciência realista, tanto de seus limites, pecados e falhas, como de seus dons, talentos e possibilidades. Ser consciente da força

de Deus em nós — o Deus a quem nada é impossível. Esta presença de Deus é evidente pelo fruto do Espírito descrito por São Paulo em Gálatas 5,22-23 — a caridade, o gozo, a paz, a paciência, a benignidade, a bondade, a longanimidade, a mansidão, a fidelidade, a modéstia, a continência, a castidade. Pode haver angústia, mas ainda em sofrimento e dificuldades deve haver paz, a paz que o mundo não pode dar, a paz que mostra que a presença de Deus aqui está, existe, porque a pessoa ou o grupo está respondendo às exigências do Reino.

Finalmente, no sujeito deve haver como critério a prática da virtude. O resultado do discernimento deve levar a pessoa ou o grupo a uma ação concreta, a uma prática de virtude, a uma missão.

Há muita coisa que devemos discernir. A Igreja quer ser a voz dos sem voz. O Papa João Paulo II disse na favela do Vidigal que "a Igreja no Brasil quer ser a Igreja dos Pobres". Paulo VI, em Octogesima Adveniens, disse: "Incumbe às comunidades Cristãs analisar com objetividade a situação própria de seu país, esclarecê-la mediante a luz da Palavra do Evangelho, deduzir princípios de reflexão, normas de juízo e diretrizes de ação". Puebla nos chama a uma constante conversão para podermos optar pelos Pobres. Para levar tudo isso à ação, precisamos discernir como responder a estes chamados de Deus.

A denúncia aviva na sociedade a consciência de seus erros.

RELAÇÕES MÚTUAS ENTRE BISPOS E RELIGIOSOS

Frei Jaime Biazus

Provincial dos Capuchinhos da Província do Brasil Central

Exposição feita no painel sobre RELAÇÕES MÚTUAS ENTRE BISPOS E RELIGIOSOS, no dia 26 de julho de 1983, durante a XIII AGO da CRB Nacional.

Convidado a participar do painel sobre "Relações mútuas entre Bispos e Religiosos", na XIII Assembléia Geral Ordinária da CRB, vou fundamentar-me não tanto em postulados teológicos, mas na experiência de minha vida.

Sou um remanescente de gerações passadas. Tenho 60 anos de idade e 45 anos de serviço. Participei de cinco Assembléias Gerais da CRB. Já encaminhei o pedido de aposentadoria. Estou providenciando um cadeirão de balanço, calças largas e chinelos folgados...

Curti durante quarenta anos a Igreja anterior ao Concílio e há vinte anos estou vivendo a Igreja pósconciliar. Sou um entusiasta da Igreja de hoje. No decurso da história, a meu ver, a Igreja nunca teve um período de tanta renovação e de tanto florescimento como em nossos dias.

Vou acentuar, neste painel, uma idéia muito repetida no passado, ho-

je um tanto esquecida. O Vaticano II foi a passagem do Espírito Santo em sua Igreja. Foi um novo Pentecostes, de proporções e de amplitudes maiores que o primeiro. Foi um vento impetuoso que sacudiu toda a casa. Levou Bispos, sacerdotes, religiosos e leigos a mudarem seu modo de pensar, de ser e de agir. Fez a Igreja falar uma linguagem nova e mais compreensível. Modificou, sobretudo, o sistema de relações dentro da Igreja e mesmo fora da Igreja.

A Igreja vivia em briga com os protestantes. Os protestantes eram tratados como inimigos, hereges e condenados. João XXIII disse: "Os protestantes não são nossos inimigos, são nossos irmãos. Com os irmãos não se luta. Com os irmãos se dialoga". E a Igreja começou a dialogar com os irmãos separados.

Os Bispos viviam instalados, absolutos e isolados em seus paços episcopais. Tinham tronos e longas caudas. Faziam pronunciamentos

inapeláveis. Falavam de cima para baixo. Os religiosos tinham um único direito: o direito de escutar e obedecer, mas não de dialogar. Hoje os Bispos, em grande parte pelo menos, não têm mais tronos nem caudas. São acessíveis. São amigos. Sentam com os religiosos. Dialogam com eles. Em muitas regiões, Bispos e Superiores encontram-se várias vezes por ano e tratam em conjunto problemas comuns. CNBB e CRB não são potências que se degladiam. São organismos de serviço que dialogam amigavelmente e buscam em comum os caminhos da Igreja no Brasil.

As congregações religiosas, no passado, se desconheciam. Viviam distanciadas, quando não travavam guerrinhas ou disputavam lugares. Não haviam entre elas intercâmbio, visitas ou encontros. Encontrar-se religiosos de várias congregações era um perigo... Em 1964, eu estava em Porto Alegre como diretor dos teólogos capuchinhos. Pedi licença aos superiores para promover um encontro de nossos teólogos com os teólogos dos jesuítas. A licença foi negada perentoriamente, porque havia um perigo, o de perder o espírito.

As casas religiosas, no passado, eram protegidas por clausuras e excomunhões. Defendida por muros, cercas e arame farpado. O homem era um perigo para a mulher e a mulher era um perigo para o homem. O religioso era um perigo para a religiosa e a religiosa era um perigo para o religioso. "O que o fogo ganha com a palha, o religioso, servo de Deus, ganha falando com mulheres".

Gente! Que mudanças no relacionamento! Olhem para esta assembléia da CRB. Que coisa maravilhosa! Seiscentos religiosos e religiosas
de todas as congregações, homens
e mulheres, sentados amigavelmente
uns ao lado dos outros, sem medos
nem constrangimento, como irmãos,
unidos num ideal comum: Cristo e
seu reino. Há uns vinte anos atrás,
isto teria sido simplesmente inimaginável. Pensar nisto teria sido pecado. A mudança que se operou ultrapassa todas as previsões.

Hoje, por toda parte, vemos surgir noviciados intercongregacionais, masculinos e femininos; cursos feitos em comum entre religiosos e religiosas, como o CERNE, o CE-TESP, o CEFEPAL, alguns até em regime de internato; institutos filosóficos e teológicos, mantidos por congregações masculinas e femininas, por Bispos e superiores religiosos. É algo de absolutamente novo na Igreja. O Espírito do Senhor soprou forte, sacudiu a casa e a transformou. No futuro, quando se escrever histórias, o período em que vivemos constituirá um ponto alto na história da Igreja.

Mas a Igreja é santa e pecadora. É uma realidade fortemente impregnada do divino e, ao mesmo tempo, marcada pela fraqueza humana. Apesar da caminhada sem precedentes que a Igreja fez na área do relacionamento, subsistem pontos de conflito entre Bispos e religiosos, entre religiosos e vigários. Vou apresentar alguns desses pontos de conflito, para a reflexão da assembléia e dos religiosos em geral.

1. Várias congregações trabalham numa diocese. Em comunhão com o

Bispo, com o plano da diocese e com as aspirações do poyo, tentam "construir" a Igreja dentro de determinado modelo. Fazem juntos uma boa caminhada. De repente o Bispo é transferido. O novo Bispo tem outra visão de Igreja. Dispensa a "empresa construtora" anterior e começa a construir uma Igreja em outros moldes, às vezes tridentinos. O que fazer? Qual o nosso procedimento?

- 2. A escassez de clero diocesano leva religiosos e religiosas a assumirem funções e atividades importantes numa diocese. Pode acontecer que a congregação, de um momento para outro, precise do religioso ou da religiosa. Decide transferi-los. O Bispo grita. Chama os superiores ou as superioras. Reclama. O conflito está formado. Não raro é difícil encontrar soluções.
- 3. Os Bispos sentem as situações, as necessidades e os apelos de sua diocese. Querem dar-lhes uma resposta. Dirigem-se a congregações religiosas. Insistem e às vezes fazem pressões quase irresistíveis para que as congregações os auxiliem. Mas nem sempre olham se os trabalhos a serem assumidos correspondem com a missão e a índole da congregação, ou se os religiosos têm meios para manter-se naqueles lugares.
- 4. Uma congregação mantém obras numa diocese ou numa paróquia. Os planos de pastoral, diocesano ou paroquial, não abrangem as obras ou atividades da congregação. Os religiosos que trabalham nestas obras ou atividades não participam das reuniões pastorais, porque não lhes dizem respeito. Bispos e vigários reclamam porque os religiosos vivem

"alienados" e à margem. Das surgem conflitos. Como proceder?

5. Dioceses ou paróquias se empenham numa pastoral de conservação: missa dominical, sacramentos, catequeses da 1.ª eucaristia, preparação de pais e padrinhos para o batismo das crianças, cursos para noivos, movimentos, etc. Mas pouco ligam à pastoral de inserção nos meios populares.

Comunidades religiosas, que trabalham naquelas dioceses ou paróquias, voltam-se para os pobres. Tratam de conscientizá-los, uni-los, organizá-los em sindicatos ou comunidades. Concitam-nos a lutar por seus direitos, especialmente para conseguir terra, casa, emprego, etc. Mas às vezes não ligam à missa, sacramentos, catequeses, promoção vocacional, etc. Acham que isto só pode ser feito numa fase posterior.

Desta forma, podem surgir duas pastorais, uma desconhecendo a outra ou até uma hostilizando a outra, quando poderiam muito bem ser integradas num só plano diversificado. Ambas as pastorais são válidas.

6. A opção preferencial pelos pobres está sendo assumida sempre mais e é muito bom que isto aconteça. Mas a comunhão com os sofrimentos e com a opressão dos pobres, não raro, induz os religiosos a odiarem os ricos. A motivação que os leva a agir deixa então de ser o amor e passa a ser o ódio. Ódio aos ricos, ódio ao sistema, ódio às estruturas. Revolta contra a congregação, porque é rica. Revolta contra o Bispo, porque é rico. Revolta con-

tra os colegas, porque são burgueses, alienados, a serviço do sistema. Surgem conflitos, rupturas emocionais. Uns condenam os outros. Qual o procedimento correto?

O homem é um ser essencialmente em relação. Mas o cultivo do relacionamento não é fácil. Na solução de casos de conflito entre Bispos e religiosos, entre vigários e religiosos, muito me têm ajudado os princípios e atitudes que seguem:

- 1. A consciência de que a Igreja é essencialmente comunhão e que não vale a pena sacrificar a comunhão por coisas secundárias.
- 2. O cultivo da unidade na pluriformidade, respeitando profundamente as diferentes formas de viver os mesmos valores.
- 3. Captar a sinceridade interna das pessoas, mesmo sob posiciona-

mentos divergentes ou sob os diversos modelos de Igreja. Deus aprecia mais a sinceridade das pessoas do que a própria verdade. O Cura d'Ars fazia grandes milagres em nome de Santa Filomena, e Santa Filomena nunca existiu.

- Não fechar-se em posicionamentos intransigentes.
- O diálogo resolve mais que a polêmica ou a agressão.
- 6. Evitar ao máximo rupturas emocionais. Em caso de ruptura emocional, as pessoas passam a não se aceitar. E quando as pessoas não se aceitam, não se aceitam as idéias e é impossível o diálogo.
- Ter paciência histórica. O tempo resolve muitos problemas.
- 8. Não colocar, por força, vinho novo em odres velhos, porque os odres se rompem e o vinho se perde.

Helena Maria Bianchi

São José de Chambéry

Exposição feita no painel sobre RELAÇÕES MÚTUAS ENTRE BISPOS E RELIGIOSOS, no dia 26 de julho de 1983, durante a XIII AGO da CRB Nacional.

1. A experiência

Falamos em "mútuas relações", o que significa que há dois pólos entre os quais existem ou deveriam existir canais de comunicação recíproca e mútua colaboração, em vista de objetivos comuns explícitos.

Uma vez que fui solicitada para falar sobre minha experiência, vou referir-me, primeiramente, à parte que me diz respeito. Para ser honesta, devo começar por uma confissão. Às vezes, o relacionamento com alguns bispos é apenas formal, quando não, inexistente. Outras vezes se restringe a gestos de cortesia ou a comunicações unidirecionais ou, ainda, a solicitações de caráter jurídico. Em algumas circunstâncias,

o relacionamento se exprime em reivindicações de direitos ou em justificativas de tomada de posição, em casos de tensão. Da parte de alguns senhores bispos, às vezes, existem a mesma formalidade e procedimentos. Temos portanto, um perdão mútuo a nos conceder e uma mesma conversão a procurar juntos.

Um ponto de conflito bastante frequente é o processo de fechamento de comunidades, transferências de religiosas ou mudanças de campo apostólico. A iniciativa pode vir da Congregação ou dos Srs. bispos. É de direito que, em se tratando de opções pastorais, as decisões sejam tomadas em mútuo acordo entre o bispo e a Superiora da Congregação. Encontram-se, às vezes, dificuldades de compreensão dos senhores bispos que, preocupados com os interesses da diocese, não consideram as dificuldades ou opções da Congregação. Outras vezes é da parte da Congregação que não existe esta compreensão. O que agrava o conflito é a apelação da intervencão da autoridade dos Srs. Núncios ou de membros das Sagradas Congregações. O fechamento de comunidades ou o abandono de atividaapostólicas segue processos muito refletidos e dolorosos. Uma vez tomada a decisão final é importante a compreensão e o apoio dos Srs. Bispos.

Para ser justa, devo também mencionar experiências muito positivas e significativas. Seguidamente, os contatos com o bispo são realizados em diálogo fraterno, não somente em relações cordiais de mútua aceitação, mas também de profunda busca comum. Existe uma partilha de preocupações, seja em relação à vida religiosa, seja quanto às necessidades da diocese. Existe uma real participação e mesmo colaboração das religiosas nas diversas fases do planejamento pastoral. Os bispos mostram não somente solicitude pela vida religiosa, mas procuram mesmo incentivá-la. Muito positivos são os encontros entre bispos e superioras religiosas, promovidos, seja pela CNBB, seja pela CRB. Há também bispos que convocam superiores provinciais ou irmãs como consultoras na reflexão sobre decisões a serem tomadas, aproveitando determinada experiência pastoral da Congregação.

2. O âmbito da questão

O trabalho da renovação desencadeado nas Congregações com o Vaticano II, a evolução do tipo de inserção da Vida Religiosa no mundo, a consciência mais clara do papel da mulher na Sociedade e na Igreja modificaram a compreensão de identidade das Irmãs como mulheres e como religiosas. Em conseqüência, a questão das "relações mútuas" entre bispos e superioras das Congregações religiosas se amplia para o campo das relações entre a hierarquia em geral e as religiosas em geral. Afeta também o relacionamento entre religiosas e leigos no exercício dos diferentes ministérios na Igreja local.

Delineia-se, então, com maior agudez, o problema da definição e delimitação das funções dos diversos ministérios pastorais e a necessidade de uma organização de serviços necessários à comunidade eclesial que envolva todas as forças vivas. Verifica-se uma dessacralização de algumas funções sacerdotais e sua transferência para outros agentes de pastoral, religiosos e leigos.

A redefinição do carisma da Congregação leva as religiosas a substituírem um tipo de apostolado ligado a instituições tradicionais por engajamento em estruturas pastorais, paroquiais ou diocesanas antes reservadas a sacerdotes. Nas Congregações há mais espaço para iniciativas e criatividade das religiosas, na busca de estilos de vida comunitária e formas de inserção no meio do povo.

Isto provocou uma nova imagem da Vida Religiosa e requer a formação para um novo tipo de relações que possibilite uma colaboração adulta, uma firmeza de convicções pessoais e uma maturidade afetiva e emocional que habilite a superação de tensões que poderão surgir nas novas opções apostólicas. De fato, um novo tipo de relacionamento interpessoal e funcional traz, como consequência, um novo tipo de tensões e requer a integração desse novo elemento no processo de formação das religiosas e também dos sacerdotes.

3. Expectativas e desafios

Para se alcançar maior unidade e eficácia no relacionamento entre as Congregações religiosas e a hierarquia, parece-me importante um esforço de ambas as partes para percorrerem, juntos, caminhos de encontro e de convergência. Isto pode ser realizado incluindo, em nossa reflexão e em nossa práxis, elementos que interferem na questão que estamos tratando, tais como:

a) Eclesiologia

Uma eclesiologia que siga o caminho aberto pelo Vaticano II, que trouxe novas luzes sobre os diversos componentes da Igreja.

- Uma Igreja compreendida como povo de Deus, na qual a comum vocação de comunhão é o elemento unificador. Comunhão que se constrói na participação na vida e missão de Jesus Cristo, ponto de partida e de chegada de toda ação apostólica. Esta motivação fundamental comum e este comum objetivo podem passar por caminhos diversos e complementares. A comunhão acontece se buscarmos de fato a Missão de Jesus Cristo e não nossas missões individuais que facilmente conduzem a polarizações.
- Uma Igreja ministerial que procure organizar-se de forma a ser mais efetiva em sua vocação de serviço, incentivando a todos a colocarem carisma e habilidades em função da construção do Reino de Deus, na Justiça e no Amor. A concepção complementar dos dons e a mística da mútua ajuda modifica a concepção piramidal da Igreja e torna mais fácil o relacionamento interpessoal entre os membros da comunidade eclesial.
- Uma Igreja aberta às necessidades do mundo e que procure realizar sua vocação missionária ultrapassando as fronteiras da diocese e assumindo, de forma dinâmica, as tensões entre a Igreja particular e a Igreja universal.
- Finalmente uma eclesiologia que não faça discriminações e que leve a sério o estudo da participa-

ção da mulher e da religiosa nos ministérios eclesiais. Constata-se ainda, muito seguidamente, que o trabalho pastoral das Irmãs é considerado como suplência à falta de sacerdotes e não pelo reconhecimento da significação complementar dos diferentes carismas na Igreja. (Tem acontecido que Irmãs, responsáveis por paróquias, ao chegar o Sacerdote, fossem simplesmente solicitadas a deixar a paróquia, sem que outro campo de ação lhes fosse oferccido). - Nós, como mulheres e religiosas, precisamos descobrir nosso papel na sociedade e na Igreja, desenvolvendo nossa identidade, colocando em ação nossas potencialidades e energias, orientadas por valores que reconhecemos em nosso ser feminino.

b) Teologia da Vida Religiosa

Uma teologia da Vida Religiosa que continue aprofundando a natureza da Vida Religiosa apostólica, dando-lhe uma identidade e estilo próprios, sem ser uma espécie de média entre a forma monástica e o Instituto secular. É necessário cvitar dois riscos: apresentar a Consagração religiosa com sentido exclusivamente ontológico, considerando a atividade apostólica como um elemento secundário e acidental, ou conceber a Consagração religiosa apenas num sentido funcional, considerando a atividade pastoral como o único elemento que exprime a dedicação das religiosas à missão da Igreja. Estes dois aspectos, o "religioso" e o "apostólico", o "ontológico" e o "funcional" devem ser compreendidos e vivenciados em sua

mútua e inseparável compenetração e simbiose. Trata-se de buscar, continuamente, a síntese dialética entre o "ser" e o "fazer", entre a comunhão com o Pai que envia e a comunhão com aqueles a quem se é enviado. O "fazer" enriquece e exprime o "ser" e o "ser" qualifica e sustenta o "fazer".

A continuidade do aprofundamento teológico da Vida Religiosa apostólica se faz necessária não só pelas religiosas, mas também pelos sacerdotes. No currículo de estudo dos seminaristas diocesanos não poderia faltar a teologia da Vida Religiosa. Muitas tensões entre religiosas e hicrarquia desaparecerão quando houver uma mesma concepção da Vida Religiosa, sobretudo da Vida Religiosa feminina.

c) Teologia da autoridade e da obediência

Outro elemento sobre o qual é importante haver clareza é sobre a distinção e a amplitude da autoridade hierárquica e da autoridade religiosa. A primeira é uma autoridade de jurisdição que se origina do sacramento da ordem e é dada ao bispo para o governo da Igreja local e como participação no governo da Igreja universal em colegialidade com o Papa. Todos os membros do Povo de Deus devem acatar esta autoridade, portanto, as religiosas também.

A autoridade religiosa exercida na Congregação é de origem carismática e é definida nas Constituições que dão à Congregação uma autonomia de organização em função da realização do carisma. Da

parte da hierarquia há o respeito a esta autonomia e espera-se que as interpelações que são feitas às religiosas sejam no sentido de traduzir de forma cada vez mais radical o carisma da Vida Religiosa e o zelo apostólico, como expressão da comum vocação à santidade.

Ambas as autoridades devem obedecer ao Espírito Santo para o bem da Igreja e do povo.

d) Formação ao diálogo

Não raro as tensões e conflitos surgidos entre religiosas e hierarquia são mais da ordem psicológica do que teológica. De ambas partes deve portanto haver um esforço de formação ao diálogo, à comunicação, a dinâmica de colaboração e ao discernimento na fé. Embora com funções diferentes, no povo de Deus temos a mesma vocação de fraternidade na liberdade, no respeito mútuo e no amor. Assim como procuramos o crescimento espiritual precisamos buscar o crescimento psicológico que nos capacite a um relacionamento maduro:

de solicitude sem ser tutela ou controle,

de orientação sem ser imposição,

de compreensão sem ser simples condescendência,

de acatamento sem ser subservência,

de autonomia sem ser independência,

de colaboração sem ser intromissão, de interpelação recíproca sem ser julgamento, numa palavra de amor evangélico onde existe confiança, solidariedade e também perdão e reconciliação.

Questões abertas

Como estabelecer mútuas relações de participação e comunhão na divergência em termos de visão de Igreja, de metodologia pastoral e mesmo divergência de interpretação da missão de Jesus Cristo? (Divergências estas que se verificam entre dioceses, entre orientação da CNBB e algumas dioceses, entre orientação das dioceses e da Congregação).

Como estabelecer canais de comunicação entre bispos e religiosas que favoreçam uma ação comum?

Como formar as religiosas para fazer face às novas exigências decorrentes das novas opções apostólicas na complexidade do mundo de hoje?

Talvez essas questões não tenham outra resposta que nossa decisão de levarmos cada vez mais a sério o processo da nossa conversão ao Evangelho assumindo uma ascese que integra o dinamismo da tensão e os desafios do conflito. Talvez precisemos incluir em nossas teologias e espiritualidade, a teologia e a espiritualidade do conflito. Isto significa dizer adeus à tranquilidade e ao sossego; isto significa aceitar que o Reino de Deus se constrói através das vicissitudes humanas, caminho percorrido por Jesus Cristo, ele mesmo por primeiro, para que tivéssemos a coragem de segui-lo.

D. João Batista Przyklenk, MSF

Administrador Apostólico de Januária Membro do Departamento de Religiosos do CELAM

Exposição feita no painel sobre RELAÇÕES MÚTUAS ENTRE BISPOS E RELIGIOSOS, no dia 26 de julho de 1983, durante a XIII AGO da CRB Nacional.

O relacionamento entre bispos e religiosos, tema que nos ocupa hoje, já foi exposto sob vários pontos de vista. Eu quero focalizá-lo assim: o que os religiosos esperam dos bispos? O que têm o direito de esperar? Os bispos têm o dever de não desiludir as expectativas dos religiosos. Mas quais expectativas?

Evidentemente, há expectativas justas, fundadas, humanas, diria melhor, divino-humanas, espirituais e pastorais, dentro do plano global da Igreja, onde bispos e religiosos têm o seu lugar para a glória de Deus e para a edificação do Corpo Místico de Cristo. Neste plano global o bispo representa o Cristo na linha da capitalidade. Assim fala o Concílio na Lumen Gentium. Mas também os religiosos apresentam o Cristo. O mesmo Concílio nos diz: "Pelos religiosos a Igreja apresenta a este mesmo Cristo, ora contemplando no monte, ora anunciando o Reino de Deus às multidões, ora curando os enfermos e feridos e convertendo os pecadores ao bom caminho, ora abençoando as crianças e fazendo o bem a todos, mas sempre obediente à vontade do Pai que o enviou".

Bispos e religiosos, segundo o Concílio, têm um papel comum: tornam presente o Cristo, embora de maneira diferente. O bispo repre-

senta o Cristo em virtude do sacramento da Ordem recebida; o religioso torna o Cristo presente em força de um carisma especial que atualiza, de maneira peculiar, o sacramento do Batismo e, de certa maneira, da Confirmação. Um espera do outro, com toda razão e com todo direito, que torne presente o Cristo cada vez melhor. A única emulação justa entre eles é aquela apontada por São Paulo: "emulamini carismata meliora". Procurai os carismas melhores, a saber, a fé, a esperança e a caridade, meta comum a todos os filhos de Deus e da Igreja.

Temos, portanto, duas linhas comuns: tornar o Cristo presente e procurar os carismas melhores, superiores. Não há lugar para outras tensões ou emulações. Bispos e religiosos sabem-se necessários dentro do Corpo Místico de Cristo. Sem aqueles — os bispos — não haveria Igreja una, santa, católica e apostólica; sem estes — os religiosos — não haveria Igreja santa, católica e apostólica, como deve ser. (Notem a diferença: eu não falei de Igreja "una" quanto aos religiosos, mas só em relação aos bispos).

Os religiosos esperam que nós, bispos, tenhamos esta idéia sublime e alta da Vida Religiosa. E isto é a base de todo o relacionamento. O

livro da Sabedoria começa assim: "governadores da terra, amem a justiça, tenham boa, certa e justa idéia do Senhor e o O busquem com um coração sincero". Semelhantemente eu diria: "bispos que governam a Igreja, amem a justiça e tenham boa e certa idéia dos servos de Deus que são os religiosos". Não sou um socratista simplório que pensa que uma idéia certa e justa se identifica, automaticamente, com uma atitude certa e justa. Mas, sem a idéia certa e justa, dificilmente nasce e reina a atitude certa e justa. Não será por isso que o novo Código de Direito Canônico põe, em primeiro lugar, a definição descritiva, a idéia certa e justa da Vida Religiosa? O cânon 573 apresenta esta idéia sublime, boa, justa e alta da Vida Religiosa que deveria ser conhecida, antes de tudo pelos próprios bispos. Só assim podemos garantir que haverá uma atitude de profundo respeito e de amor à Vida Religiosa.

A atitude certa e justa com relação à Vida Religiosa consiste, em primeiro lugar, em favorecer e promover o estado religioso. Também aqui é interessante lembrar o que diz o cânon 574: "O estado dos que professam os conselhos evangélicos nesses Institutos faz parte da vida e santidade da Igreja e, por isso, deve ser enaltecido e promovido por todos". Quem diz "todos" não exi-

me ninguém. E do bispo se espera mais do que de qualquer outro membro da Igreja. Pio XII disse na Encíclica "Mystici Corporis" que os bispos são membros eminentes do Corpo Místico de Cristo. Ora, sendo tais, devem favorecer e promover o estado religioso mais do que qualquer outro membro da Igreja. Sua posição singular os obriga a isto. Cabe aos bispos, na parte que lhes toca, cuidar que os institutos religiosos cresçam e floresçam de acordo com o espírito dos fundadores e as sãs tradições. Penso que esta insistência é fundamental para um bom relacionamento entre bispos e religiosos.

Os bispos não são donos dos conselhos evangélicos. Os conselhos evangélicos são um dom divino dado sempre de novo à Igreja e, portanto, os bispos e também o papa — que é bispo — devem respeitar esse dom, dado uma vez pelo exemplo e pela doutrina de Cristo e sempre atualizado pelo Espírito Santo através dos Fundadores. O bispo não pode manipular este dom, mas deve respeitá-lo, aceitá-lo e ajudar para que este dom se atualize e atue cada vez mais. Os religiosos esperam dos bispos que respeitem e defendam a autonomia da Vida Religiosa, especialmente a autonomia do regime interno.

A experiência do passado e do nosso tempo demonstra que a justiça, por si só, não é suficiente. E mais, que ela pode levar à negação e ao aniquilamento de si mesma, se não permitir, àquela força mais profunda, que é o amor, plasmar a vida humana nas suas várias dimensões, **Dives in Misericordia, nº 12.**

MEDIAÇÃO DO POBRE NO EXERCÍCIO DA AUTORIDADE NA VIDA RELIGIOSA

Ir. Ana Roy

Exposição feita no painel sobre MEDIAÇÃO DO POBRE NO EXERCÍCIO DA AUTORIDADE NA VIDA RELIGIOSA, no dia 26 de julho de 1983, durante a XIII AGO da CRB Nacional.

Falarei a linguagem da experiência, de uma experiência já bastante longa que vem amadurecendo, fruto de algumas convicções fundamentais. Falarei à linguagem da vida, a vida do dia-a-dia na inserção no meio dos pobres, vida que se vai esticando na monótona repetição do "sempre o mesmo". É dentro desse contexto de chão duro que estou me situando, tendo como pano de fundo a obediência — autoridade, conforme o tema deste painel.

Acenarei a quatro pontos: O impacto do Pobre; a resposta da pequena comunidade na sua oração, na sua organização, nas suas decisões, o perfil da obediência na inserção e o perfil de quem assume o serviço da autoridade.

1. O impacto do Pobre

Evidentemente, na inserção, o Pobre é o pólo centralizador que mobiliza todas as forças da pequena comunidade. Tudo é enfocado a partir do pobre, como lugar de encontro com Deus:

- O Pobre é quem suscita toda a disponibilidade criativa da pequena comunidade, quem faz surgir todas as possibilidades de serviço e as audácias corajosas em caso de conflito, como a grilagem de terra;
- o Pobre é quem concentra todas as nossas energias de doação e modifica nosso estilo de vida e nossa mentalidade.

Esse impacto passa:

a) pelo olhar:

- o primeiro impacto vem pelo "ver";
- precisa tempo para se dar conta de uma realidade;
- faz-se necessário ver uma situação demoradamente;

 é necessário cuidado com uma visão superficial e com atitudes apressadas.

O que autentica uma pequena comunidade de inserção é a paciência e a duração.

b) pelo ouvir:

- o ouvir é muito mais envolvente, interiorizante, do que o ver;
- a vida no meio do povo desenvolve uma escuta aguda, carinhosa, ao lado daqueles que ninguém escuta;
- convivemos este aprendizado da escuta na casa da farinha, ralando a mandioca, ou na sala do fumo, "destalando" as folhas.

Ao longo dessas horas, dá-se em nós uma tomada de consciência profundamente marcante em termos de conversão. De fato este escutar é um "ob-audire" o pobre, portanto, é uma "ob-audiência" ao mesmo (reconhecido como "autoritas") e que experimentamos como uma escuta "aos pés de" (ob-audire = debaixo do outro, escutar). Jesus não viveu esta atitude aos pés dos seus? (cf Jo 13). Então, não seria esta "ob-audiência" a mesma coisa que a obediência purificada do seu conteúdo de mera execução de tarefas cumpridas?

Esta tomada de consciência é um momento muito forte, um crescer juntos que resulta na conversão sempre reiniciada. Sim, é um caminho que o Pobre nos abre!

A obediência atual é dar plena audiência ao outro que nos leva ao Outro. Isto é fruto da convivência com o povo que renova a nossa obediência e lhe dá esta forma. É uma obediência "pobre-logal" que imediatamente se converte em obediência teo-logal, já que a sua mediação — o Pobre — não é senão o próprio Jesus, o único Servo Sofredor, abrindo caminho de Libertação.

2. A resposta da Pequena Comunidade

Como reage a Pequena Comunidade diante desses dados do olhar e do ouvir a realidade? Sua resposta se faz sentir na oração, na organização interna, nas decisões.

a) na oração

A oração da Pequena Comunidade é a celebração de "tudo o que vimos e ouvimos". É o momento, diante de Deus, de celebrar, louvar, contemplar na gratuidade, dentro da "ob-audiência" vivida no dia, que atinge o seu ponto alto no abrir-se a Deus. Momento, portanto, muito forte: caminho de espiritualidade unificador e renovador em nossas vidas.

b) na organização interna

Não há duas obediências diferentes: Uma fora, que se daria na escuta respeitosa do Pobre, e outra dentro, no interior da comunidade. É o mesmo processo que se conclui na comunidade, na repartição rotativa das tarefas caseiras, elaborada de uma maneira muito flexível e fraterna.

c) nas decisões

Evidentemente, a "audiência" dada ao Pobre leva a opções cada vez mais comprometedoras. Por exemplo, a decisão de uma comunidade ir trabalhar com o povo, entre os bóias-frias do café, nasceu do dinamismo da humildade obediência à vida, que procura um caminho sempre mais estreito com o Pobre. Ou então as pequenas opções que amadurecem ao longo dos anos e levam a uma triplicação de vida, por amorosa configuração com o Pobre. Assim, a escolha dos transportes do povo, da comida do povo, etc. Cada religioso e cada comunidade tem a sua criatividade nessa área.

O perfil da obediência na inserção

A obediência na inserção é pobre em todos os sentidos: parte do Pobre e encerra também um conteúdo muito pobre. É obediência simples, humilde, amiúde terra a terra, sem contornos muito definidos.

É obediência sem legislação. Não tem face nem aparência. Mas não deixa de ser extremamente exigente na ascese real de desapropriação de si. É, portanto, obediência libertadora.

Obediência que não se interpreta em atos isolados, mas sim numa maneira de reagir, de ouvir, de partilhar que abre um caminhar sem fim: a gente vai obedecendo no cultivo fiel da escuta do Pobre e não sabe aonde esta obediência nos levará...

4. O perfil da autoridade

A autoridade apresenta as mesmas características de pobreza e se submete ao mesmo processo. Pouco importa a terminologia usada: coordenadores, animadores, responsáveis. A realidade se expressa em serviço.

O responsável ou a responsável é alguém que responde pela comunhão, exatamente para que funcione, tanto na comunidade como fora dela, o princípio da "ob-audiência" que atinge a todos e a todas.

Assim, este compromisso abrange a existência toda e quem tem autoridade, nessa perspectiva, deve enfrentar e estimular, fortalecer e confirmar esta atitude.

Conclusão

O pobre, hoje, é o mestre reformador da nossa obediência. Assumindo a sua condição — tanto quanto possível dentro de nossos limites — e deixando, por isso, de nos valer de uma condição anterior, cremos humildemente estar seguindo o caminho de Jesus, "obedecendo", com a graça de Deus, "até a morte".

Pe. Antônio Aparecido da Silva

Exposição feita no painel sobre MEDIAÇÃO DO POBRE NO EXERCÍCIO DA AUTORIDADE NA VIDA RELIGIOSA, no dia 26 de julho de 1983, durante a XIII AGO da CRB Nacional.

As várias reflexões que tivemos nesses dias visualizaram a necessidade histórica de percebermos os sinais dos tempos, ou seja, de percebermos o novo que emerge na Vida Religiosa. Os testemunhos da-

dos por Gaspar e Ana mostram exatamente em que consiste o "novo" de que estamos falando.

As reflexões aconteceram num crescendo, no sentido de nos ajudar a superar, na verdadeira acepção desse termo, uma postura de autoridade e governo — e consequentemente de obediência — numa dimensão meramente democrática, numa dimensão meramente liberal ou numa dimensão meramente personalista. Mais ou menos aquele tipo de comportamento: "em minha Província o problema autoridade-governo-obediência está equacionado porque uma ou duas vezes por ano faço uma consulta geral às bases através de um questionário. Desta maneira, já existe relacionamento e participação".

Todos nós somos suficientemente esclarecidos para saber que isto fica meramente numa dimensão liberal, democrática, mas que não vai ao âmago da questão que está sendo apontada nestes dias. É verdade que isto já é uma conquista. Ainda existem Congregações que, infelizmente, não deram este passo. Há religiosos que não são respeitados sequer em seus direitos humanos, dentro da comunidade. Mas a grande maioria já aceitou o diálogo, a dimensão personalista descoberta no final dos anos 60 e início da década de 70. Nessa época descobriu-se o "outro" na comunidade. Agora é necessário perceber o "novo" que vai emergindo. Este novo, como já ficou bem claro, é o pobre enquanto lugar teofânico, enquanto autoridade obediencial, como a Ana acabou de acentuar. O pobre como sendo o novo lugar da obediência, o

novo lugar de um Deus que exige a nossa fidelidade.

Gostaria de ressaltar três aspectos que me parecem relevantes. O primeiro diz respeito à Eclesiologia, o segundo à conversão e o terceiro à articulação Palavra de Deus e realidade concreta.

Ficou claro para nós, desde as exposições feitas pelo Pe. Libânio, Pe. Palácio e Frei Clodovis, que só se pode falar na superação das visões anteriores de obediência, autoridade e governo a partir de uma nova eclesiologia. Trata-se daquela Eclesiologia acentuada pelo Vaticano II e que ganha configuração em Medellín e Puebla, ou seja, uma Igreja Povo de Deus. Só a partir desse pressuposto podemos falar em mediação do pobre no exercício da autoridade-obediência. Nem estamos levando em consideração eclesiologias anteriores.

O segundo aspecto é a necessidade de conversão. Só se pode acreditar no pobre, enquanto mediação no exercício da autoridade, a partir do momento em que estivermos dispostos a fazer uma caminhada de conversão com a Igreja. A Igreja no Brasil — e em tantos lugares da América Latina e do Terceiro Mundo — está passando de uma postura conservadora e modernizante para uma postura de transformação. A Igreja está dando para nós o exemplo concreto de conversão. Na medida em que tivermos a coragem de assumir esta caminhada, entenderemos a mediação do pobre. Do contrário, nossas palavras não passarão de um sentimento piedoso ou de uma tentativa frustrada. Aquilo de

que nos falava o Pe. Libânio: querer construir um prédio novo utilizando a planta antiga.

Um terceiro aspecto importante quando se fala na mediação do pobre é a necessidade de articulação profunda entre a Sagrada Escritura e a realidade concreta. Ana já chamou a atenção sobre isto. É só a partir dessa articulação que se percebe o pobre como verdadeira mediação no exercício da autoridadeobediência. Aqui, autoridade-obediência e fidelidade aparecem como indissociáveis. Exercer a autoridade não é mera atitude de mando e obedecer não é apenas acatamento desse mando. Trata-se de escutar a voz e o clamor do povo, escutar a voz e o clamor do pobre e ser fiel. Neste sentido, Deus foi o primeiro a obedecer, o primeiro a ouvir os clamores do seu povo e a ser fiel. E nesta perspectiva que compreendemos o pobre como mediação e descobrimos aspectos novos no conteúdo e objeto da autoridade e obediência.

Como consequência, surge uma nova teologia da autoridade-obediência, uma teologia não muito gramaticada, mas sobretudo uma teologia narrativa. A exposição da Ana é uma página dessa nova teologia. Percebemos hoje que a mediação do pobre não é uma questão teórica. Alguém já deve ter pensado: "isso é coisa de teólogo de quem vive pensando, refletindo". Não, isso é realidade. Está acontecendo na prática. È algo que vem sendo feito de modo explícito pelas comunidades inseridas, como acabamos de ouvir aqui.

Agora eu gostaria de colocar uma última questão que considero um grande desafio. Tomei coragem para isso a partir de dois dados. Primeiro porque encontrei aqui, para minha surpresa, um grupo muito aberto, disposto a caminhar buscando luzes para ser fiel à missão que receberam. (Eu pensava encontrar um grupo de Provinciais querendo muito mais segurar, conservar). Depois, tomei coragem porque vi que esta Assembléia está querendo enfrentar os desafios. E o grande desafio que se coloca para nós, hoje, é o do pobre mais pobre, que em nossa realidade é o negro.

Não há necessidade de argumentar por que o negro é o mais pobre. Todos nós percebemos isso. Alguém hoje, ao entrar para esta sessão, me dizia muito fraternalmente: "Toninho, você é uma ferida para todos nós. A sua presença numa Assembléia toda branca nos faz pensar: o que a Vida Religiosa fez com o negro nesses 400 anos de história? Por que eles não estão aqui? Não são 43 milhões de negros no Brasil? Onde estão eles?" Não há dúvidas de que aqui somos irmãos, fraternalmente acolhidos. Mas é verdade também que somos aqui uma "ave rara" ou mais ou menos rara... Somos apenas 3 ou 4 negros no meio desta Assembléia. Evidentemente, isso é uma interrogação, um grande desafio que devemos assumir.

A Vida Religiosa mantém um relacionamento de negação para com o negro. Os fatos históricos são constantes e conhecidos por nós. Não são episódios acontecidos aqui e acolá. Há uma negação sistemática, tanto por parte do sistema em que vivemos, de um modo geral, como por parte da Igreja e da Vida Religiosa. Há uma negação à participação do negro. A prova está aqui. E contra fatos não há argumentos. O resultado concreto estamos vendo nesta Assembléia.

Estamos falando em mediação do pobre no exercício da autoridade e governo na Vida Religiosa. E o pobre mais pobre, entre nós, é o negro. Aquele negro que se encontra na FEBEM, nas favelas, nos cortiços ou na cadeia. É a população majoritária nesses lugares. Eles são discriminados na política, na sociedade, nas Universidades. Quando eu chego na PUC de São Paulo ou em outra Faculdade, as pessoas ficam me olhando e posso até imaginar o que pensam: "deve ser alguém da limpeza...". Quando me vêem dando aula ficam espantados. Já aconteceu de chegar alguém na sala e perguntar: "o professor não vem?"

O negro, de fato, ainda sofre grande discriminação entre nós. É discriminado nas universidades, nos altares e também na Vida Religiosa. O negro, na antropologia de Puebla, mostra o rosto do Servo Sofredor. Por isso, ele se coloca como autoridade, como mediação. É um apelo concreto para todos nós. A Vida Religiosa precisa se transformar em espaço para o negro, espaço que até hoje ele não teve. Isto lhe foi negado de várias maneiras. Muitas Congregações diziam formalmente "não" aos negros. Outras vezes conduziam processos em que o negro não podia continuar. Faltava-lhe espaço para desabrochar. Era como se dissessem ao rapaz ou à moça: "nós acolhemos você, toleramos sua cor, mas não podemos aceitar sua cultura.

Você deve passar por um embranquecimento. Você deve ser um negro 'de alma branca'. Seus costumes, sua maneira de ser, seu modo de rezar, seu penteado, tudo em você deve ser branco. O modelo é o branco e você deve se enquadrar nesse modelo".

Eu gostaria, nesta tarde, de poder ressaltar a solidariedade da Vida Religiosa com os negros. Mas devo dizer extamente o contrário e com muito pesar, pois eu amo a Vida Religiosa. Infelizmente, procuro nos livros de História do Brasil e não encontro sequer um padre, um religioso que tenha proibido ou contestado um leilão de escravos. Pelo contrário. Muitas Ordens Religiosas tiveram os negros como escravos em suas casas. Muitas riquezas que estão hoje com os religiosos são frutos do trabalho escravo. Fomos coniventes com estruturas pecaminosas.

Hoje, é necessário maior solidariedade com os negros, com os movimentos negros que começam a emergir da base. Vamos aceitar também este desafio e abrir espaço para a presença do negro. Que a Vida Religiosa seja um espaço de militância evangélica para o negro do Brasil.

Pe. Gaspard Neerink, MOPP

Exposição feita no painel sobre MEDIAÇÃO DO POBRE NO EXERCÍCIO DA AUTORIDADE NA VIDA RELIGIOSA, no dia 26 de julho de 1983, durante a XIII AGO da CRB Nacional.

Sou da Missão Operário Pedro e Paulo. Vivo há mais de 15 anos na periferia de São Paulo, a serviço da igreja local e do povo. Trabalhei como tipógrafo em umas cinco firmas diferentes. Estou sindicalizado com os gráficos, a fim de me fazer cada vez mais, um com eles. Agora, há quase dois anos, estou desempregado. As vezes encontro um serviço temporário, um "bico" no mesmo ramo, onde tenho muitos colegas migrando de emprego a emprego. Vivo com o irmão Jomar, que trabalha de fresador na multinacional suíça Brow Boveri, e com o irmão Gil, marceneiro no momento passando também a experiência do desemprego.

Por que optei por uma vida inserida no mundo do trabalho? O que me levou a um forte compromisso com os operários a ponto de me fazer um deles? — A motivação primeira, de raiz é e continua sendo: o amor. Este mesmo amor me leva mais adiante ainda, isto é, joga-me a uma solidariedade de destino junto àqueles que amo e busco assumir, quer na alegria quer na tristeza, na saúde ou na doença, nas vitórias ou nos fracassos, até o fim.

O trabalho profissional simples, humilde, manual é altamente significativo em nossa vida. É o lugar privilegiado da missão. Nossa identidade está aí. Somos e vivemos como qualquer trabalhador, mas como Equipe MOPP, temos uma proposta clara: identificação de nossa vida com aquele que viveu em Nazaré, Jesus, a fim de não criarmos obstáculo ao Evangelho, a exemplo de Paulo, e para oferecê-lo, gratuitamente, aos que estão longe dele.

È no trabalho cotidiano, obedecendo a um ritmo mecânico, que eu vivo na pele a dura realidade da exploração do homem pelo homem, a luta de classes. Sofro também e quero a mudança das pessoas e das estruturas. Fico solidário com todos os que militam com ou sem a fé, para defender os direitos dos trabalhadores. Nesta luta, eu respeito a pessoa humana e sei que não basta lutar contra a injustiça, mas devese eliminar a causa (o egoísmo, o pecado) para chegar a um resultado mais durável. Recuso o ódio como motor da ação. Recuso a violência, exceto no caso extremo de última e legítima defesa da vida. Procuro estar com os companheiros não para tomar o lugar ou a liderança deles, mas para despertar a consciência, animar e acompanhar as pequenas lideranças. Busco emprego como qualquer um, enfrentando filas ou tomando conhecimento de uma ou outra possibilidade através dos jornais.

Aos poucos vai se criando e fortalecendo a amizade entre nós. Importante dizer também que logo começo a parecer diferente. Meu objetivo não é, sobretudo, ganhar dinheiro ou promoção. Recuso-me à hora extra. E a contestação começa a ser percebida, sentida. Uma injustiça ao companheiro diante da qual não posso calar, a adesão a uma greve; uma palavra corajosa de verdade; a leitura de um jornal diferente e estou novamente na rua como qualquer um.

Vivemos e assumimos tudo isto em equipe. Três, parece-nos ser o número ideal. Temos um projeto comum evolutivo. Não se trata de um

plano pré-estabelecido, previsto de antemão pelo mais talentoso ou pelo mais dinâmico dos irmãos. Não é também um somatório de projetos pessoais. É um projeto de vida comprometida que vai ganhando em maturação, na obediência da fé e no discernimento dos carismas, que são uma manifestação do Espírito dado a cada um, em vista do bem comum.

Além da oração comum e o empenho na vida fraterna, tentamos, semanalmente, colocar-nos ao redor da mesa para a revisão de vida. Inicialmente nos colocamos na presença e sob a ação de Deus. Seguimos a metodologia que até agora nos tem servido bastante:

- a informação objetiva de um fato ou problema importante referente à decisão ou direção a tomar. Trata-se de um forte momento de escuta;
- o julgamento crítico: tudo de mais apaixonado ou impulsivo em nós deve se calar, centrando-se tudo em vista ao bem maior: a missão. Todos os elementos susceptíveis ao discernimento são, então, colocados;
- a decisão: dado o tempo necessário à maturação, a decisão às vezes demora. Esta nunca é tomada em função da maioria, mas é fruto da busca comum, da concórdia e visa sempre ao bem mais universal. O responsável terá a última palavra. Ele é o encarregado pelo Senhor a ser o guardião do bem-comum. Poucas vezes terá de decidir contra os irmãos, porque juntos tomaram a decisão. Minha obediência entrará para que as decisões tomadas sejam

assumidas por todos os irmãos da equipe. Assim esta equipe se torna um instrumento de missão.

Uma vida assim misturada com o mundo exige iniciativas próprias em grande dose. Delas vamos prestar contas fielmente, como o combatente em operação que se arrisca audaciosamente frente aos imprevistos.

Há problemas e muitas dificuldades. Somos expostos uns aos outros; trazemos preocupações e tensões de fora para dentro de casa. Há também a diversidade de temperamentos e convicções. E quando esta diversidade é demais, melhor é separar Paulo de Barnabé... Vemos, afinal, que ninguém fica sem dificuldades e elas são meios do Senhor para nosso crescimento pessoal e comunitário.

Temos também experimentado, na missão junto ao povo pobre e marginalizado, a alegria. Alegria que brota da fé e cresce nas lutas humildes. A alegria da libertação e a alegria da comunhão, dons do Espírito e frutos da luta.

A mola impulsionadora de toda a minha vida e missão, a motivação mais profunda, é a firme e corajosa opção pelo Cristo, acrescida de maturidade afetiva e humana e de uma grande disponibilidade para o sacrifício, com a mesma fé de Abraão e acreditando na morte e ressurreição do Senhor. Enfim, somando a tudo isto um silêncio, um quase desaparecer, nossa vida poderá, com o tempo e no seu tempo, servir para o surgimento de nova vida na comunidade e na sociedade.

ADVENIAT EM SEUS 22 ANOS. UM RELATÓRIO

Emil L. Stehle

Fundação, Nome e Objetivos

Cada dia o mundo se torna menor. As distâncias quase não são mais um problema. Os meios de comunicação permitem aos povos fazer-se presentes em qualquer parte do mundo. Com isso, saem mais e mais do anonimato e, consequentemente, devem tornar-se responsáveis uns pelos outros. Como rodas dentadas que engrenam umas nas outras e, para um bom funcionamento, precisam de óleo e não de areia, assim as nações precisam pensar no bem de todos os habitantes da terra. De modo algum lhes é permitido fechar-se umas às outras.

Isto, que vale para a relação entre os povos em geral, com maior razão se aplica à Igreja. Ela não deve servir a si mesma, mas deve estar a serviço dos povos e das pessoas, pois melhor que qualquer um ela sabe por quem foi vencido o egoísmo, este pecado principal do ser humano, e em quem estão fundados como na rocha firme a justiça, a paz e o amor. Também sobre o saber pesa uma hipoteca social: ele deve ser transmitido!

É por isso, e com razão, que o Santo Padre João Paulo II, o Papa do culto ao Deus verdadeiro e do respeito à dignidade humana, no dia de sua eleição, na Basílica de São Pedro, dirigindo-se a todos os habitantes da terra, exclamou: "Não tenham medo! Abram imensamente os portões para Cristo!" É essa, por assim dizer, a Carta Magna do seu trabalho como Pastor Supremo da Igreja Católica.

Justamente por causa do homem, para ganhar o coração do homem, Cristo veio ao mundo, santificando-o pela sua encarnação. Nosso mundo agrada ao Pai Celestial na medida em que se abre para a vinda de Deus que há de realizar-se no amor e não na violência. E Cristo, quando os apóstolos lhe pediram que os ensinasse a orar, os ensinou a rezar assim: "Venha a nós o vosso Reino". Vir, entrar e encontrar-se somente é possível onde se abriu as portas do coração.

Desta segunda petição do "Pai Nosso": "Venha a nós o Vosso Reino = Adveniat regnum tuum", a ADVENIAT, que oficialmente se chama "Ação Episcopal ADVE-NIAT", tomou o seu nome. No timbre de carta também se lê: "Solidariedade dos Católicos Alemães com a Igreja na América Latina". Com esse nome, ADVENIAT quis expressar sua abertura para os problemas da evangelização na América Latina, bem como sua comunhão com as pessoas deste continente. Nesta ação colaboram, deste 1961, todas as 22 Dioceses da Alemanha Ocidental, organizando cada ano, no dia de Natal, uma coleta para suprir às necessidades pastorais da Igreja na América Latina.

Não foi por intenção, mas também não foi por mera casualidade, que ADVENIAT foi fundada no dia 30 de agosto, festa de Santa Rosa de Lima, padroeira da América Latina. Neste dia, em 1961, o Bispo de Essen, Dom Francisco Hengsbach, apresentou à Conferência Episcopal da Alemanha a seguinte sugestão: "A décima parte dos presentes de Natal para a América Latina!" Depois de se certificar de que esta ação não prejudicaria a obra social MISEREOR, que três anos antes tinha sido fundada por ela, a Conferência Episcopal da Alemanha aprovou a sugestão de Dom Francisco Hengsbach e o encarregou da organização e direção desse organismo de ajuda pastoral. Pouco mais tarde, colocou à sua disposição uma secretaria, com sede em Essen e, ao seu lado, uma Comissão Episcopal para o ajudar nas decisões.

O Despertar de um Continente

Nos fins dos anos 50 e princípios da década de 60, percebeu-se na Europa o início de uma nova época na América Latina que, por causa de sua população nativa e mestiça, deveria chamar-se Indo-América.

As condições gerais de vida e de trabalho, o contexto social e sociológico, sobretudo a maneira de pensar e refletir, estão nesses anos —
como mais tarde as grandes assembléias dos bispos no Rio de Janeiro, Medellín e Puebla confirmariam
— num acelerado processo de transformação que atingiu todo o continente.

Valores tradicionais desaparecem. Surgem novos conteúdos e conceitos de vida, estabelece-se o pluralismo, fortifica-se a vontade de progredir que leva a muitas aspirações e iniciativas corajosas e faz surgir novos movimentos e projetos nacionais e supranacionais. Tratando-se de um continente de muitos contrastes, é claro que isso não sucede em toda parte com a mesma rapidez, nem com a mesma intensidade. Não obstante isto, há por exemplo, em todos os países, entre o Rio Bravo e a Terra do Fogo, milhares de pessoas que abandonam as suas terras e saem em busca de melhores condições nas cidades. Isso porque estão isoladas do progresso e só com grandes dificuldades conseguem se sustentar. Este êxodo rural termina nos cinturões de miséria das cidades grandes e, não raras vezes, no lixo. Assim, para citar um exemplo, havia em Bogotá, em 1950, 500 mil habitantes. Em 1980 havia

5 milhões. Em 30 anos, 10 vezes mais! Na América Latina, em 1900, viviam quase 50 milhões de pessoas. Hoje são quase 400 milhões. Em 80 anos a população multiplicou-se por 8.

Quantos europeus outrora não julgaram com desprezo este continente jovem, prestes a partir, porque de longe não podiam enxergar a intensidade do seu desenvolvimento, e compararam esses povos com critérios exclusivamente ocidentais; quantos deles não tiveram que reconhecer a superficialidade das suas idéias e corrigir seus preconceitos!

Não valeria dizer a mesma coisa também da Igreja que, às vezes ainda hoje, observa e julga, por assim dizer, com os olhos da Europa em vez de observar e julgar com os olhos do Evangelho?

Seja como for, por ocasião do 36.º Congresso Eucarístico Mundial, celebrado em 1955, no Rio de Janeiro, e a primeira assembléia de delegados do episcopado da América Latina, realizada neste congresso, os cristãos deste continente enfrentaram-se com o desafio histórico que lhes cabia. Superaram a tentação de um cristianismo auto-suficiente e de sacristia. Vendo a miséria de seus povos, deixaram o porto seguro e, com seu barquinho, enfrentaram as ondas e tempestades do mundo latino-americano em plena transformação e revolução.

Com a fundação do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), em 1955, no Rio de Janeiro, criouse um órgão de eficácia crescente para impulsionar no campo sócioreligioso e para coordenação pastoral em âmbito continental. Com esse órgão, os cristãos latino-americanos também operam e cooperam além das fronteiras da América Latina e ganham com isso sempre maior importância dentro da Igreja Universal.

Lembro-me muito bem dos conselhos que Dom Germano Schäufele, de Friburgo, me deu ao enviar-me para Bogotá como pároco da comunidade alemã ali residente: "mantenha amizade com os religiosos do continente, pois eles foram os principais evangelizadores da América Latina" e "uma de suas primeiras visitas deveria ser ao CELAM". Foi assim que, já em 1957, cheguei a conhecer aquelas pessoas às quais cabia a tarefa histórica de criar o organismo do CELAM e torná-lo um instrumento de união entre os países da América Latina, em pleno progresso e desenvolvimento. A meu ver, contribuiu o Vaticano II, decisivamente, para esta renovação da vida da Igreja latino-americana. Assim, o Papa Paulo VI, com razão, podia escrever em sua mensagem por ocasião do décimo aniversário do CELAM: "A Igreja representa, na América Latina, pelo prestígio moral e social de que goza, o poder mais forte; poder capaz de salvar esse continente. Quando ela se põe em marcha, muitos a seguem. Quando ela levanta a voz, se escuta com atenção".

Já o Papa Pio XII, repetidas vezes, especialmente em sua mensagem de Natal de 1952 e em sua Encíclica "Fidei Donum" do ano de 1957, tinha chamado a atenção para a importância crescente dos "Povos do Hemisfério Sul" e para sua imensa penúria, da qual resulta para os "Povos do Norte" uma série obrigação de uma ajuda supranacional e inter-eclesial, de uma ajuda generosa em pessoal e material. Ajuda e intercâmbio de pessoal, generosa também da parte do clero diocesano, enviado em nome do colégio episcopal. Vemos, assim, o clero religioso e o clero diocesano unidos como irmãos e amigos, também e especialmente na obra de evangelização.

Como representante da Igreja da Alemanha, participou o então Arcebispo de Munique e Freising, o Cardeal Joseph Wendel, do congresso no Rio de Janeiro, em 1955. Regressando, não se limitou somente a informar imediatamente a seus irmãos do episcopado sobre as experiências gerais obtidas no Rio e sobre a necessidade imensa de pessoal apostólico, mas enviou também os primeiros 5 sacerdotes diocesanos da Alemanha, como missionários para a América Latina.

Hoje, trabalham na América Latina mais de 200 sacerdotes diocesanos da Alemanha e mais de 2.000 da Europa.

Os incentivos que deram origem tanto à fundação da MISEREOR como à fundação da ADVENIAT partiram, também e sobretudo, da América Latina.

Numa publicação comemorativa ao septuagésimo aniversário de Dom Francisco Hengsbach, em setembro de 1980, lê-se entre outras coisas: "Lembramos ainda a situação entre os anos de 1945 e 1949: a Alemanha havia provocado a Segunda Guerra Mundial. Foi derrotada em

numa situação de miséria nacional e geral. Quase 10 milhões de pessoas, civis e militares, haviam perdido suas vidas. Muitas delas, crianças, velhos, foram despedaçados em suas casas pelas bombas, ou morreram nas ruas, queimados como tochas acesas. Somem-se a elas outros 30 milhões de soldados de outras nações, tombados nas lutas, e 6 milhões de civis, mortos nos campos de concentração por causa de diferenças raciais, religiosas, culturais ou políticas". Na maioria civis não alemães. A tal ponto de crueldade pode chegar um povo quando é seduzido por demagogos! A população alemã, uns 15 milhões de fugitivos ou desterrados da Europa Oriental, foi metida, como sardinha em lata, nas cidades da Alemanha Ocidental destruída de 80 a 90%, formando as nossas favelas. Aqueles invernos frios sem calefação, sem vestuário suficiente, a tortura da fome... tornaram o roubo de comestíveis e os furtos incontroláveis. Em toda parte, nervosismo, irritação, desespero. Nestes anos de pós-guerra, nos quais à miséria se somava a consciência de culpa e todos os povos teriam motivos de apontar o dedo para nós e deixarnos a sós —, nestes anos de angústia, o Arcepisbo de Colônia, Cardeal Frings, cobrou ânimo e escreveu, em meados de 1947, aos bispos do sul do Brasil e Chile: "A miséria do rebanho que o Senhor me confiou me obriga, e o saber que todos os membros do Corpo Místico formam uma só unidade em Cristo me anima a dirigir um grito de socorro aos senhores..."

quatro zonas de ocupação e vivia

Este "grito do abismo" não foi em vão. Feliz, escreve o Cardeal Frings pouco depois do seu pedido de ajuda aos bispos da América Latina: "Apesar de a Alemanha há pouco ter sido objeto de horror, recebemos agora ajuda em nossa miséria! E como nos alegramos com cada pacote que vem de fora! É para nós como um anjo de paz, uma vitória de amor sobre o ódio".

Assim, chegaram à Alemanha de pós-guerra, para dar um exemplo, em fins de 1947, enviados de Porto Alegre, sul do Brasil, DM 1.500.000, —, uns 50 mil pacotes e 7 navios carregados com roupas, sapatos e víveres.

Na década de 50, a Alemanha se recupera economicamente. Ao mesmo tempo, graças aos meios desenvolvidos de comunicação, nos damos conta de que os povos que nos ajudaram entre 1945 e 1949 não foram tanto os povos ricos, mas sim os povos pobres. Mais tarde os chamaríamos injustamente de "subdesenvolvidos"! É porisso que é ouvido, em 1958, o apelo dos bispos da Alemanha para dar início ao funcionamento da obra de ajuda contra a fome e a enfermidade no mundo: MISEREOR. Todos compreenderam que se tratava de agradecer não só com palavras, mas com algo mais concreto, à ajuda outrora recebida. Já a primeira coleta quaresmal de 1958 superou com DM 35.000.000, —, todas as expectativas.

Desde o início, Dom Francisco Hengsbach fez parte da Comissão Episcopal para MISEREOR. Assim, ficou sempre a par das informações provenientes da Ásia, África e América Latina, falando das grandes necessidades. Isso logo daria lugar a uma nova página na histórica das iniciativas inspiradas pela fé e pela caridade, já que, como disseram os bispos da América Latina em Puebla, "no rosto dos pobres, dos fracos, dos maltratados, dos explorados e dos perseguidos por causa da justiça vemos o rosto de Cristo". E num outro texto se expressam: "Nos sofridos e condenados deste mundo, Cristo espera os seus".

"Não esperem — disse o Papa João Paulo II — até que seja tarde demais para ajudar a Cristo que está encarcerado e sem roupa; Cristo que está sendo perseguido e sofre a sorte dos fugitivos, que passa fome e não tem moradia. Ajudem a nossos irmãos que carecem do mais necessário, para que possam libertar-se destas condições indignas de vida e participar num autêntico desenvolvimento humano".

Já dois anos depois do início do trabalho da MISEREOR, que serviu de exemplo para muitos movimentos de ajuda, dentro e fora da Alemanha, muitos bispos latino-americanos perceberam que REOR, por sua finalidade acentuadamente social, não podia dar apoio suficiente às suas preocupações e necessidades principais: a evangelização e a catequese, a pastoral e a formação de pessoal apostólico, especialmente de novos sacerdotes. Suas necessidades não eram somente sociais, mas também e especificamente pastorais. Por isso, insistiram que a ajuda concedida deveria tornar-se uma ajuda integral, compreendendo o social e o pastoral.

Nesta época a América Latina já há muito tempo havia deixado de ser um continente de missões e, por isso, deixando de lado algumas exceções, não recebia mais auxílio econômico das obras pontifícias de propagação da fé. Ficou então, apesar da MISE-REOR, um vazio neste campo. Quem deveria fechar esta brecha?

Muitos contatos, entre os quais não se pode esquecer o nome do recémfalecido Cardeal Antonio Samoré, chegaram a Dom Francisco Hengsbach que neles reconhece sinais dos tempos. A oração dos índios da Guatemala: "Senhor, faze-nos amadurecer como o milho amadurece no campo", também se pode aplicar à lenta e complexa formação e ao surgimento de ADVENIAT. Dom Francisco Hengsbach, que visitou a CRB em 1967, explica: "Como na natureza contribuem juntos a terra, a semente, o sol, o vento e a chuva para o crescimento da planta, assim também contribuíram, no decorrer dos anos, muitos fatores da América Latina, de Roma e da Alemanha para o nascimento da ADVENIAT.

Solidariedade e Ação Conjunta como Colegas, Irmãos e Parceiros em Cristo

ADVENIAT é, como MISE-REOR, de caráter "episcopal". Isto quer dizer: nela os bispos entram em contato direto como colegas ou irmãos entre si, sem porém deixar de lado o Santo Padre, com quem através da Comissão Pontifícia para a América Latina (CAL), mantêm contato.

Acima destes fatos, ADVENIAT, como expressa seu nome bíblico,

quer se enquadrar na longa e grande tradição de solidariedade intraeclesial. Ações deste tipo existiram em todos os séculos e remontam aos tempos apostólicos. Já São Paulo Apóstolo organizava, entre as comunidades mais ricas da Grécia e da Asia-Menor, uma coleta em favor da comunidade-mãe de Jerusalém, perseguida e sofrendo penúria. Ao mesmo tempo as preservou do orgulho de "doadoras", insistindo tanto no intercâmbio e na reciprocidade de toda ajuda intra-eclesial, como também na obrigação especial de ajudar, daqueles que numa comunidade estão economicamente melhor colocados. Ele cuidou de impedir qualquer "benfeitorismo orgulhoso" da parte dos que deram e qualquer complexo nos que precisaram receber. São Paulo escreve na carta aos Romanos: "Agora sigo para Jerusalém, a serviço dos santos. A Macedônia e a Acaia houveram por bem fazer uma coleta em prol dos santos de Jerusalém que estão na pobreza. Houveram por bem, é verdade, mas eles lhes eram devedores: porque se os gentios participaram dos seus bens espirituais, eles devem, por sua vez, servi-los nas coisas temporais" (Rom 15,27-27).

ADVENIAT, por sua vez, procura praticar e cultivar este espírito de parceiros e irmãos, em que mutuamente se dá e se recebe ao mesmo tempo.

Com gratidão sincera, tenho a dizer que na Alemanha a evangelização e a pastoral se tornaram mais vivas e profundas, devido à estreita ligação espiritual que mantivemos, durante esses anos todos, com a Igreja latino-americana. Sobretudo para

nossa Juventude abriram-se novos campos de engajamento e de identificação com problemas de alcance mundial. E há algo mais que não podemos esquecer: o fato de que, como consequência do intercâmbio espiritual com a América Latina, também no comércio, na política e na sociedade, pergunta-se mais criticamente, como está nossa justiça no trato com outros povos, muitas vezes economicamente mais fracos que nós. Parece-me, entretanto, que nisto a Alemanha ainda se encontra numa etapa inicial.

Não com menos gratidão, quero mencionar neste contexto a colaboração de muitos bispos, sacerdotes, religiosos e leigos da América Latina que, ano após ano, aceitam viajar à Alemanha para dar um testemunho de fé e falar nos congressos de católicos da Alemanha, em seminários de teologia, em jornadas de pastoral, em encontros de sacerdotes e em muitas paróquias. Não fosse isso, como poderíamos revisar eficazmente nossa maneira de proceder e corrigir nossos erros? Ao mesmo tempo, evitamos assim, o perigo de ver a América Latina somente com os nossos olhos, sob a nossa perspectiva. Isso também nos preserva da tentação de salientar em demasia a miséria e jogar com sentimentos de compaixão para aumentar a coleta de ADVENIAT, como se fosse lícito explorá-la comercialmente; como se o fim justificasse os meios. Com efeito, ninguém merece mais respeito do que aquele que está necessitado e sofre. Colocar o encontro com ele a serviço de um aumento da coleta, seria fatal e primitivo.

Por isso, expresso mais uma vez a minha alegria, causada por estas visitas de latino-americanos e por sua colaboração no trabalho de publicidade de ADVENIAT. Através dessas visitas e desses visitantes, recebemos em primeira mão informações sobre a América Latina. Eles nos fazem ver como a Igreja latino-americana, apesar da pobreza econômica de muitos de seus membros, se esforça para anunciar a fé, para superar a miséria, para denunciar os abusos e se empenha corajosa e decididamente no serviço, tanto para a salvação eterna, como para o bem temporal dos seus povos. Além disso, sabemos por experiência própria que uma motivação da coleta apoiada numa Igreja ativa e combativa encontra mais aceitação, desperta maior entusiasmo e leva a uma solidariedade maior do que quando baseada numa Igreja que apenas inspira a compaixão.

Também muito agradecido quero mencionar que, desde o início da cooperação, a Igreja latino-americana não somente nos mostrou suas necessidades e o ritmo da sua vida, mas também nos deu a conhecer as prioridades e os critérios da nossa ajuda. Em 1961, pouco depois da fundação de ADVENIAT, atendendo ao nosso pedido, muitos bispos e religiosos, por exemplo, o Padre Marcelo Azevedo, nos escreveram neste sentido. Acrescentaram-se a isto os múltiplos contatos pessoais durante o Concílio Vaticano II, nos anos de 1962 a 1965. No tempo subsequentea, este aconselhamento foi feito pelo CAL, pelo CELAM, pelas Conferências Episcopais e de Religiosos dos distintos países.

O Objetivo Central: A Evangelização

Além dos critérios e normas, métodos e procedimentos, foi de suma importância para ADVENIAT identificar-se, durante esses 22 anos, com o objetivo central e principal da Igreja na América Latina: A Evangelização.

Já em 1899, quando os bispos latino-americanos se reuniram, pela primeira vez na história, em assembléia plenária, o fizeram sob o objetivo da evangelização do seu continente. Atendendo ao convite do Santo Padre, realizaram esta assembléia não em terras latino-americanas, mas em Roma. Desta data, havia transcorrido exatamente 400 anos desde que os primeiros missionários chegaram à América Latina e em meio a uma conquista parcialmente cruel, começaram o anúncio da Boa Nova da Salvação e a defesa da dignidade humana e dos direitos humanos dos índios.

Dois temas principais da assembléia plenária em Roma, o trabalho catequético e as vocações, tornaramse objetos de especial atenção também da assembléia de delegados do episcopado latino-americano, em 1955, no Rio de Janeiro, e são, ao mesmo tempo e desde o seu início, o campo preferido de ajuda da ADVE-NIAT.

Com o Vaticano II (1962 a 1965) surgem novos impulsos, sobretudo a participação forte dos leigos na responsabilidade eclesial e a renovação da pastoral e da catequese.

Em 1968, Medellín agrega o acento da dimensão social, cultural e política da fé e o trabalho sócio-religioso de base, especialmente nas camadas marginalizadas e descuidadas da sociedade latino-americana. A ajuda da ADVENIAT, consequentemente, se ampliava, estendendo-se também a estes campos.

Em 1979, o objetivo principal de Puebla "Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina", acerta em cheio na finalidade da ADVENIAT. Para tal evangelização libertadora encoraja o Papa Paulo VI, quando diz em sua homilia por ocasião de sua visita às Filipinas, dia 29 de novembro de 1970, em Manila: "Ai de mim, se eu não anunciar o Evangelho! (Cor 9, 16). Cristo mesmo me encarregou disso. Sou um apóstolo, uma testemunha. Quanto mais longe é o fim, quanto mais difícil a missão, tanto mais ardente é o amor que me impulsiona. Devo dar testemunho do Seu nome: Jesus Cristo, Filho de Deus Vivo. Ele revela o Deus invisível. Ele é o primogênito de toda a criação, origem de tudo que foi criado; é o mestre da humanidade e seu Salvador.

"Ele é o centro da história e do mundo: é aquele que nos conhece e ama, é o companheiro e amigo de nossas vidas, é o homem das dores e da esperança. Ele é quem um dia, assim esperamos, será nossa vida e felicidade plena, duradoura, definitiva. Eu jamais poderia cessar de falar Dele. Ele é a Luz e a Verdade. De fato, é Ele o Caminho, a Verdade e a Vida."

Prestação de Contas e Informações Úteis

Não por vanglória de uma ação eclesial de ajuda, mas porque faz par-

Estes meios foram empregados nos seguintes campos:

- formação religiosa,
- meios de comunicação,
- --- apostolado de leigos e catequese,
- pastoral no âmbito paroquial, diocesana e continental,
 - reforma social,
 - comunidades religiosas,
 - meios de transporte,
 - pastoral universitária,
 - seguro para os sacerdotes e
- bolsa parcial para os seminaristas maiores.

O Brasil recebeu a terça parte deste total.

Desde o início, ADVENIAT se orientou por estes princípios:

- O parceiro latino-americano elabora autonomamente o plano de pastoral e define as prioridades da ação pastoral em seu continente.
- Todos os bispos, sacerdotes, religiosos e movimentos de leigos que trabalham na pastoral da Igreja latino-americana podem fazer um requerimento de ajuda à ADVENIAT. Esta solicitação deve ser feita por escrito e enviada à Secretaria de ADVENIAT em Essen.
- Ali, será estudada sob estes critérios: recomendação do bispo diocesano ou do superior provincial; urgência do projeto dentro dos ob-

jetivos e prioridades pastorais estabelecidos pela Igreja local; planejamento realista e econômico; contribuição própria adequada; custos de manutenção e quem a garanta.

Atualmente, chegam à ADVE-NIAT mais de 7.000 requerimentos por ano. Ali, estudados pelo respectivo departamento e pela direção, serão apresentados por escrito à Comissão Episcopal para a decisão final.

Cada requerente que recebeu uma ajuda compromete-se a dar, dentro de cinco meses, uma prestação de contas a respeito do dinheiro e do funcionamento do projeto. Assim, o processo é concluído e os parceiros do projeto ficam livres; é a maneira de se evitar uma dependência unilateral e desagradável.

Uma Palavra Final

Se para finalizar me é permitido dirigir uma palavra pessoal aos Superiores das comunidades religiosas e aos membros das comunidades deste continente — continente que através do meu trabalho missionário durante os anos de 1957 a 1972 na Colômbia e depois por meu trabalho com ADVENIAT, cheguei a conhecer e a estimar muito ---, gostaria de felicitá-los de todo o coração pelas inúmeras iniciativas de evangelização que nestes 22 anos da ADVE-NIAT os senhores desenvolveram ou intensificaram. Estou convencido de que estas iniciativas são a chave para compreender o despertar e a renovação da sua Igreja; elas são muito mais importantes do que todos os meios econômicos de todas as obras de ajuda. São os acontecimentos felizes na via atual da sua Igreja. Foram elas que levaram o Santo Padre em Puebla ao ponto de chamar a América Latina de um "Continente de Esperança" e de predizer que esta Igreja local terá um futuro grande e ganhará importância para o mundo inteiro.

Também gostaria de agradecer, de coração, pela hospitalidade e grande cordialidade com que brindaram Dom Francisco Hengsbach, por ocasião das suas sete visitas à América Latina, e aos colaboradores de ADVENIAT, quando visitaram os projetos e seus responsáveis. Não em último lugar, quero agradecer pelo cordial convite para participar desta assembléia e pela insistência de Padre Décio para que eu viesse e apresentasse algo de ADVENIAT.

Com a mesma sinceridade quero pedir-lhes perdão pelos erros, descuidos e atrasos que infelizmente, no trabalho de ADVENIAT, nem sempre puderam ser evitados. Ajudemnos a sensibilizar nossa consciência e a purificar nossos contatos internacionais e intra-eclesiais de tudo que não pode existir perante os olhos de Cristo.

A respeito do caráter das doações de ADVENIAT, gostaria de dizer o seguinte: elas são contribuições desinteressadas dos católicos da Alemanha que os católicos latino-americanos queiram aceitar com a consciência tranquila. São as moedinhas da

viúva, a oferenda dos fiéis reunidos em torno do mesmo altar; são as renúncias pessoais de cada um e uma expressão de solidariedade. São e querem ser uma prova do amor a Deus e ao próximo: uma porta aberta para a vinda de Cristo nos irmãos. A exemplo de Verônica e de Simão de Cirene, eles querem ajudar a Cristo, carregando sua cruz nos irmãos da América Latina que sofrem.

Considerem esta ajuda como uma ajuda dentro de uma família. Numa família, e muito menos na família de Cristo, não há primeiros nem segundos e terceiros não existem. Por isso, espero que nossa ajuda não os oprima, mas fortifique sua dignidade, os liberte e os torne capazes de eliminar o mais cedo possível o escândalo da pobreza econômica e de uma dependência injusta. Desejo que nosso auxílio os ajude a pôr em prática as opções de Puebla para os pobres, a família, a juventude, as vocações e pela paz entre as nações.

Quero terminar com uma prece a Nossa Senhora. Na América Latina há inúmeros santuários, lugares de oração e de refúgio, consagrados a Ela. A Diocese de Essen a venera sob o título: Nossa Senhora do Bom Conselho. A secretaria de ADVE-NIAT recebeu da América Latina uma imagem preciosa da Escola Cusquenha, Peru, que a mostra como Consolo dos Aflitos. Que Ela seja Mãe de todos; que nos ame e nos dê coragem.

Entre pessoas sérias, as crises são o melhor instrumento para se progredir, inovar, criar horizontes novos e apelar para a criatividade. Com Você é assim?

PARA UM LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO DAS COMUNIDADES DE INSERÇÃO

Exposição feita no dia 24 de julho de 1983 durante a XIII AGO da CRB.

Pedro A. Ribeiro de Oliveira

Rio de Janeiro, RJ

A vida religiosa inserida nos meios populares é hoje um dos temas mais atuais da Igreja, sendo um dos traços que caracterizam seu novo rosto na América Latina. Sobre ela já existe uma boa reflexão teológicopastoral, desde um artigo de J. Comblim publicado em Convergência (abr./jun. 1971) e que se referia ainda às pequenas comunidades experimentando uma renovação da vida religiosa, até textos mais elaborados como o de C. Palácio apresentado para estudo e debate na XII Assembléia Geral da CRB em 1980. Hoje vários teólogos já nos falam das comunidades religiosas inseridas nos meios populares como uma autêntica tradução para a vida consagrada da opção pelos pobres.

Faltam, porém, dados descritivos sobre este fenômeno. Uma fonte de informações é o relatório do Encontro sobre a Vida Religiosa em meios populares, no Regional Nordeste II. Narrando experiências concretas e apresentando análises críticas sobre elas, aquele relatório é uma preciosidade como fonte de informações e

como reflexão teológica sobre as comunidades de inserção do Nordeste. Se em todos os Regionais se realizassem encontros como aquele, poderíamos ter uma visão panorâmica da realidade da vida religiosa nos meios populares, mas, ainda assim, talvez ficasse faltando uma informação mais preciosa sobre a extensão desse fenômeno. Um levantamento feito pela Ir. Sebastiana de Brito, em 1969, assinalava a existência de 134 comunidades femininas, 32 masculinas e 3 mistas. Naquela época, porém, tratavam-se de experiência de renovação da vida religiosa em pequenos grupos, sem implicarem necessariamente numa inserção em meios populares. Não podem, portanto, ser comparadas com a realidade de hoje.

Buscando preencher esta lacuna, o CERIS decidiu fazer um levantamento estatístico do fenômeno. Como primeira tentativa, recorreu aos dados já existentes em seus arquivos, de modo a avaliar as informações disponíveis. Quanto às casas religiosas masculinas, não há meios de saber, nesses registros, quais delas podem

ser consideradas comunidades inseridas em meio popular. Quanto às casas femininas, porém, foi possível encontrar algumas informações a esse respeito. Antes de passar ao exame desses dados é indispensável esclarecer seus limites de validade.

O CERIS tem em seus arquivos 5.216 fichas relativas a casas religiosas femininas de vida mista (excluídas portanto as contemplativas e os institutos seculares). Como reconhecer dentre elas as comunidades inseridas em meios populares? Em alguns casos vinha uma informação explícita dizendo tratar-se de comunidade de inserção, ou de experiência de pastoral no meio do povo. Na grande maioria dos casos, porém, o procedimento adotado teve que ser o da exclusão. Assim, foram excluídas as fichas que indicavam tratar-se de colégio, hospital, casa de repouso, casa de retiro, serviço em seminário ou residência episcopal, creche, pensionato, etc. Entre as fichas que restavam foram eliminadas todas as que assinalavam um tipo de atividade que indicasse mais a prestação de serviços ao povo do que a convivência com o povo. Assim, foram também excluídas as fichas que indicavam assistência social, pastoral com enfermos, pastoral carcerária, atendimento a pessoas marginalizadas ou menores carentes, etc., ficando as que indicavam atividades exercidas no meio do povo, como: evangelização, CEBs, educação popular, pastoral de periferia, pastoral da terra, organização do povo, etc.... Havia casos duvidosos, nos quais a decisão seria sempre arbitrária, como, por exemplo, a indicação de pastoral paroquial: seria uma comunidade de inserção, ou apenas religiosas fazendo as vezes do vigário? Em geral, estas foram excluídas, exceto quando pelo endereço ou pelo nome da casa havia indicações de ser uma verdadeira comunidade religiosa inserida no meio popular. Também os noviciados e casas de formação foram excluídos, devido à dificuldade de saber se — mesmo quando localizadas no meio popular são realmente comunidades de inserção. Em resumo, provavelmente deixamos de considerar como comunidades religiosas inseridas em meios populares muitas casas que o são. E provavelmente quase não consideramos como tais, casas religiosas que não são comunidades de inserção em meio popular. Há pois um "viés" estatístico neste levantamento, "viés" que age no sentido de reduzir o número de fichas consideradas. Neste sentido, é possível que as 458 casas religiosas consideradas por nós como comunidades de inserção sejam apenas a metade do total de comunidades que alguns estimam haver no Brasil.

Para evitar esse erro nos próximos levantamentos estatísticos, foi inserido no questionário enviado este ano um pedido para que fossem assinaladas as casas religiosas consideradas como comunidade de inserção pela Provincia à qual pertencem. Assim o CERIS pode desde já comprometer-se a apresentar no próximo ano um levantamento apto a indicar o número de comunidades religiosas femininas inseridas nos meios populares. (O 1.º questionário respondido que chegou ao CERIS este ano ---Congregação das Irmazinhas da Assunção — assinala a existência de 5 comunidades de inserção em 1983, quando tínhamos considerado 4 em 1982).

Apesar do "viés" assinalado, o levantamento feito pode trazer informações de valor sobre comunidades religiosas femininas inseridas nos meios populares, pois os números, mesmo estando longe de serem exatos, indicam as grandes tendências do fenômeno no Brasil.

Em primeiro lugar, chama a atenção o seu número: de um total de 5.216 casas religiosas femininas, apenas 458 (8,8%) são comunidades de inserção. Mesmo que seu número seja duas vezes maior, não chegariam a 20%. Por mais significativo que seja o fenômeno, sob o aspecto qualitativo de nova forma de vida religiosa, é certo que o fenômeno é (ainda?) minoritário sob o ponto de vista quantitativo. O número total de religiosas professas que vivem nessas comunidades inseridas é de 1.374, ou seja 3,6% do total de religiosas existentes no Brasil.

Quanto à localização, pode-se verificar no Quadro I a forte concentração das casas na Região Nordeste (34,1%), e o seu pequeno número nos 3 Regionais do Sul (10%). Nas Regiões Leste e Sul I temos respectivamente 18,6% e 14,6%, enquanto nas Regiões Centro e Extremo-Oeste, e Norte estão respectivamente 13,3% e 9,4% das comunidades de inserção. Comparado ao quadro de distribuição das religiosas no Brasil, este dado deixa claro que o fenômeno da inserção em meios populares é quase inversamente proporcional ao número de religiosas presentes em cada Região ou Estado.

O Quadro II mostra o número de religiosas por casa. A média é de 3 religiosas, sendo este o número mais frequente (44,8% das casas). Apenas 25 casas têm apenas uma religiosa (mas convém lembrar que só foram consideradas as religiosas professas) e 10 têm 6 ou mais. Sem dúvida, as comunidades religiosas insesidas nos meios populares conservam a característica de serem pequenas comunidades, característica que marcou o início desta forma de renovação da vida consagrada.

O Quadro III mostra o ano de fundação da casa religiosa. Ele indica que pouquíssimas são as comunidades de inserção fundadas até 1967 (2,4%), enquanto no período seguinte — 1968 a 1973 — são fundadas pelo menos 47 comunidades que existem até hoje (10,3%). Mas é entre 1974 e 1978 que esses números tornam-se realmente significativos (31,8%), atingindo o seu auge em 1980. Do total de comunidades de inserção hoje conhecidas no CE-RIS, 55,5% foram fundadas nos últimos 4 anos. Trata-se, pois, de um fenômeno recente. Uma informação complementar (que não consta do quadro) refere-se às casas religiosas que originalmente não eram de inserção e passaram a sê-lo mais tarde. São ao todo 29. Destas, 3 tornaram-se comunidades inseridas entre 1968 e 1973, 8 entre 1974 e 1978, e 16 nos últimos 4 anos (sobre as duas outras não há informação).

Embora estejam longe de um quadro estatístico preciso, esses números já servem para dar uma idéia da extensão do fenômeno no Brasil. Mostram que é recente e que se concentra principalmente no Nordeste, acompanhado das Regiões Leste e São Paulo. Mostram também que se

O EVANGELHO DO PODER-SERVIÇO

Autor: Frei Clodovis Boff, OSM. Publicações CRB. Ano: 1984. Páginas: 60

Este livro do Frei Clodovis Boff, OSM, é uma abordagem do tema Autoridade na Vida Religiosa, em ampla perspectiva, para se chegar a uma nova sensibilidade, fruto de experiências novas de poder, dotadas de competência real de juízo e decisão. O enfoque ultrapassa os ditames clássicos e convencionais da filosofia social e da ciência política. No final de seu trabalho, FREI CLODOVIS BOFF, OSM, conclui com estas palavras, cujos destaques são meus: "Condensamos TODO o conteúdo de Autoridade-Serviço no conceito de ANIMAÇÃO. A animação pressupõe o conteúdo dos outros componentes do serviço: a força-moral e o trabalho."

Hoje vai se tornando comum a existência de Manuais de Animação Espiritual para diversificados níveis de animação comunitária. São tentativas corajosas e felizes de fazer a vida entrar na oração e a oração na vida. Ajudam a comunidade rezar, construir-se de dentro para fora, a partir das virtualidades interiores de seus membros. Urge valorizá-los, onde já existem, e construí-los, onde ainda não existem.

O EVANGELHO DO PODER-SERVIÇO não é, porém, um manual de animação espiritual, mas um lúcido e corajoso esforço de estruturação lógica de um fenômeno cada vez mais palpável entre os religiosos. Uma procura leal de uma forma viável de viver a obediência e o superiorato. Um discurso, solidamente fundamentado, aberto à pluralidade de novas contribuições, que sublinha um NOVO modo de perceber e viver os mesmos valores de sempre da pessoa do Superior na Vida Religiosa. Conseqüentemente, colocação da animação espiritual da comunidade em NOVOS termos. Quer ensinar a ver claro e coerente para que o processo não contradiga ao projeto religioso. Aprova a auscultação das vozes do tempo, pois a falta de audácia de nossa parte pode paralisar o Espírito. E, depois, se o destino irresistível do fascínio do novo é envelhecer e passar, e a lei permanente do mundo do espírito é conhecer o ponto de vista de Deus sobre o homem à luz de sua Palavra, é certo, também, que todo diálogo com a vida nunca é estéril.

A boa nova que o livro quer sublinhar é esta: o Superior, sinônimo de Animador, age, primordialmente, em vista da perfeição sobrenatural. Tem em mira a vida da graça. Ajuda a descobrir e seguir os impulsos do Espírito. Procura libertar o potencial de graça que existe em cada membro. Sustenta a resposta salvífica do grupo. Antena interposta na confluência entre Deus e cada irmão, entre Deus e comunidade, como tal, entre o bem pessoal e coletivo. Faz irromperem as imensas potencialidades de capital humano e divino ocultas na personalidade de cada um. Faz convergir os dons, as energias, as capacidades para um objetivo comum, imediato, próximo e remoto.

Na Vida Religiosa, se a pessoa é sacrificada ao grupo, não nos encontramos mais no Evangelho e nela extinguem-se os apelos do Espírito de Deus. Mas se o grupo é sacrificado à pessoa, não estamos mais no projeto religioso. Esta é a dialética. Estes são os dois grandes imperativos e pólos da Vida Religiosa: a liberdade do compromisso e sua origem carismática e a solidez do grupo e de suas leis internas. Reciprocamente se garantem e um se prende ao outro em definitivo. O Superior é o meio que permite ao religioso descobrir, em sua vida, com toda lucidez, a vontade do Senhor.

(Pe. Marcos de Lima, SDB)